Página 4

Brasília, pioneira no transplante de embriões

Página 6

Sociabilidade como fator de produção agrícola

ITEM 30



Crédito rural não é muito mas ainda existe no DF

UNB

Página 7

DOCUMENTOS

Mão-de-obra, o mais grave problema na geoeconômica

Página 5

O Jornal de Brasilia apresenta hoje seu primeiro caderno da série "Documentos", de responsabilidade da Editoria de Geoeconômica. Nele, tratamos da Agropecuária no Distrito Federal e sua região, uma região com vastas potencialidades, sobretudo como celeiro de grãos, produtora de sementes, e criatório de gado de alta linhagem. No entanto, apesar dos esforços empreendidos por produtores e administradores dessa área, muito

resta por ser feito. A região, apresenta, desse ponto de vista, contrastes consideráveis. A titulo de exemplo: apesar de possuirmos, a pouco mais de 20 quilômetros de Brasilia, um dos maiores centros de pesquisas agropecuárias do mundo, e certamente, detentor do melhor conhecimento mundial sobre tecnologia e ciência dos solos, o solo da região é aproveitado em apenas 35 a 40 por cento de sua potencialidade. Nisso, entretanto, o quadro da região não difere muito da situação brasileira em geral, e mesmo da América Latina como um

todo. Sabe-se que apenas 20 por cento das terras cultiváveis do continente latino-americano são aproveitadas, e cerca de 40 por cento das safras agricolas são perdidas por falta de planejamento e infra-estrutura.

Em consequência, achamos interessante, no caso específico o Distrito Federal, que goza de de status especial do ponto de vista fundiário e legal, e na geoe conômica em sua totalidade, que é parte de nossa extensa região dos cerrados, abriu o debate sobre a agricultura e a pecuária na região. A pós a promoção de diversos encontros com administradores, cientistas, técnicos e produtores, ligados ao setor, o Jornal de Brasilia traz hoje

o resultado desse trabalho, na esperança de que ele contribuirá para despertar nos sas potencialidades e criar o cenário da grande transformação econômica que esta região está destinada a presenciar.

JBr - Acho que deveriamos começar pela discussão da questão fundiária. Nós estamos presenciando hoje, no país, a ocorrência de duas inhas muito distintas de organização fundiária. Uma, presidida pelo Incra e pelo Getat, que pretende se realizar mediante a outorga da propriedade da terra ao agricultor. Outra, a que e verifica no Distrito Federal, que consiste em chegar à produtividade agricola sem a outorga da porpriedade. Isto, a meu ver, estabelece a preliminar de que a propriedade não é um fator determinante da produtividade. Esta questão coloca uma outra: o que é uma politica fun-

Eliseu Alves — De início relatarei alguma coisa que conheço na literatura econômica sobre isso. As décadas de sessenta e de cinquenta foram muito pródigas em artigos, em pesquisas sobre reforma agrária. No fim da metade da década de setenta, houve uma grande tentativa de resumir essa literatura tentando resolver o seguinte: o que é importante do ponto de vista do crescimento da produtividade da terra?

A propriedade da terra, o regime de arrendamento, ou outros tipos de regime que pu-dessem ser imaginados nestas circunstâncias. variam de pais para pais. Por exemplo, na Indonésia, que visitei, ninguém pode ter pro-priedade de mais de 5 hectares, segundo o que foi me dito lá. No entanto eu tive oportunidade de visitar as plantações de dendê e de seringueira com áreas de 30,40,60 mil hectares, num regime muito parecido com aquele no DF. Quer dizer, você teria o direito de 30 anos, renováveis por mais 30 anos. Mas o que essa literatura mostrou. basicamente é que não existe diferença nesse plano. Tem-se agriculturas, com produtividades crescendo a taxas elevadas, em lugares onde não existe propriedade da terra, e tem-se produtividade crescendo, também, onde existe a propriedade da terra.

O que ficou caracterizado neste tipo de literatura é o seguinte: que o regime jurídico deste pais é o determinante. Quero dizer, se você tem um regime jurídico que garanta ao arren-datário, ou ao parceiro, direitos sobre os investimentos que ele vier a fazer sobre essa propriedade da terra está garantido então que você tem todas as condições de ter uma produtividade crescente, mesmo em lugar onde não exista propriedade da terra. Aqui seria o caso de se perguntar o seguinte nas circunstâncias do Brasil atual o que é mais indicado fazer? Eu acho que isso coloca uma questão muito mais ampla, na realidade. Ou nos vamos ter uma população substancial na agricultura brasileira, ou essa população está condenada, como é o meu ponto de vista, a se reduzir drásticamente a ponto de quem sabe no final do século, nós não termos nem 15 a 20 por cento da nossa população

Esse es vaziamento não é por causa de forças de expulsão que estão lá no campo, é muito mais por força da atração da cidade, que consiste em educação, salários melhores e mais condignos, programas de habitação do governo, divertimentos, e uma série de outras coisas, que todo mundo chama de" luzes da cidade". E estas fontes de atração foram tão marcantes na década de sessenta, a ponto de reduzir pela primeira vez na história brasileira a população do meio rural. Esta decresceu cerca de 2 4 milhões de habitantes. È minha convicção, por outro lado, que o homem brasileiro hoje, está fortemente comprometido com a educação: ele vai morar onde existir educação para seus filhos. Então, dentro de uma circunstância desta, eu acho que essa questão fundiária, no Brasil, tem que ser colocada, não tendo em vista o objetivo de segurar as pessoas no meio rural, mas muito mais com o objetivo de garantir que a agricultura seja capaz de produzir um grande excedente

Página 8



Dirigentes governamentais debatem presente, e vêem futuro da agropecuaria na região, a convite do JBr

A agricultura na geoeconômica

que virá alimentar a sociedade e ganhar os mer-

cados internacionais.

Quero direr que neser conta 10, en primeiro lugar deveria-se limitar, de alguma forma, o tamanho de propriedade no Brasil. Eu acho que estas propriedades de 40,50 ou 100 mil hectares, não têm razão de ser. É um a bsurdo que pessoas tenham, por ai, um milhão de hectares. Mas os critérios de julgamento deverão ser variáveis segundo a variação da população no meio rural. No Brasil da década de 50, por exemplo, eu advogaria um critério muito mais escrito que no Brasil de agora. Com menos gente no meio rural, a propriedade poderá ser maior. Agora, o que a gente não ad-mite, o ponto fundamental, é que pessoas estejam comprando terras no Brasil para especulação. Este é o ponto básico. E um jeito prático da gente controlar esta história é, no fundo, limitar de alguma forma, os módulos em função das regiões. Eu acho que possuir 10 ou 20 mil hectares de terra no Brasil, depende da região. A minha preocupação é com estas propriedades monstruosas aqui no Centro Oeste e na região amazônica. Esta é a questão chave de toda a política agrícola brasileira. E não a quesquerer-se segurar o homem no campo: porque ninguém vai segurá-lo. Como eu enten-do, o general Venturini está apenas relatando

> Eliseu Alves: - "A questão fundiária, no Brasil, tem que ser colocada, não tendo em vista o objetivo de segurar as pessoas no meio rural, mas muito mais com o objetivo de garantir que a agricultura seja capaz de produzir um grande excedente que virá alimentar a sociedade e ganhar os mercados internacionais"

um fato econômico. Aquele individuo que troca sua propriedade por uma bicicleta, é porque ele não quer ficar no meio rural. O fato apenas indica a presença de uma força maior agindo sobre a população rural do Brasil

JBr - Quando se ficano meio rural com uma propriedade de terra, necessita-se de mais insumos, deequipamentos, capital, etc.

Eliseu Alves - Pois é, mas eu acho que os insumos da vida é que estão faltando no meio rural, por isso é que as pessoas estão saindo de lá. Ai é que vem a questão grave nós não temos, hoje, dinheiro para os investimentos que, na realidade, prendam a população no meio rural. É uma questão muito humanitária, que não pode ser criticada, o fato do governo estar criando condições para proteger o pessoal de baixo salário. Você nota esse fato no plano do BNH, nas políticas da criação de emprego, etc... No entanto, quando o ministro Andreazza destrói uma favela, ele atrai milhões de pessoas para ocuparem outras favelas. Quero dizer que todos esses programas, apesar da crise que nos temos na cidade, são programas que estão produzindo fortes atrações sobre a população rural que não tem beneficio nenhum. Então, só para terminar, eu acho que o programa de colonização brasileira tem que ser um programa totalmente voltado para produzir excedentes. Agora, a literatura indica que você tem muita flexibilidade, você pode organizar isso na forma que o DF fez, no meu modo de pensar muito boa, que é o arrendamento. Pode organizar a pro-dução na forma de propriedade particular, e até permitir que os particulares arrendem terras, desde que essa legislação seja saneada. Quero dizer que o Brasil tem uma flexibilidade enorme, que esses outros paises de alta densidade de-

mográfica da Asia não têm. Alceu Sanches - Gostaria de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar me parece que a questão não se coloca assim: Getat versus a experiência de arrendamento do GDF. Assim, ela seria de certa forma desapropriada, porque em primeiro lugar o Getat é um organismo que foi criado para operar em termos de terras públicas, ou seja, terras da união desapropriadas e administradas pelo Incra. E, se não me falha a memória, o próprio Estata to de Terra limita o arrendamento de terras fúblicas. Outro dia me perguntaram a respeito desse assunto, com relação às terras do DF, e eu respondi em termos de que as terras do DF não podem ser consideradas terras públicas arrendadas, porque elas são de propriedade de uma empresa portanto, de personalidade juridica de direito privado. E, por personalidade jurídica de direito privado. E, por isso, pode ser explorada por arrendamento sem ferir o Estatuto da Terra. Por outro lado, concordo plenamente com o Dr. Eliseu, sobre o fato de que não importa se o arrendamento é feito pelo setor público ou pelo setor privado. O que importa, e disto estou convencido pela experiência do Distrito Federal, é que este modelo de arren damento é altamente vendável, é altamente transbordável, para outras unidades da fe-deração, e o será tanto mais quanto forem estendidos às outras unidades da Federação, os beneficios que o Conselho Monetário Nacional concedeu ao DF. Bem, agora eu vou tentar ir um pouquinho mais a fundo em algumas questões colocadas também pelo Dr. Eliseu. Tenho a impressão de que infelizmente não vou poder concordar totalmente com o Dr. Eliseu nesta questão de que são apenas e, somente, os atrativos do meio urbano que provocam um certo esvaziamento no meio rural

Eliseu Alves — Eu não disse apenas, eu disse

principalmente. Alceu Sanches - Principalmente, perfeito. Acredito que haja uma deformação muito grande, se a gente examinar desde 1965, o primeiro programa de ação emergencial do governo, até o segundo PNB uma completa deformação na orientação dos investimentos públicos brasileiros. É isto é muito sério no meu entender porque eles estão predominantemente voltados para os investimentos chamados de equipamentos sociais urbanos. Mercê disso mesmo que o Dr. Eliseu acentuou, ou seja, que na década de setenta o pais presenciou uma urbanização muito precoce. Certamente, o modelo de urbanização do Br., sil é extremamente incom-patível com o nível de renda já atingido pela população brasileira. Com isto eu quero dizer que o grau de urbanização no Brasil não está em consonância com o grau de renda que o mesmo nível de urbanização fez seu aparecimento em paises hoje já maduros, já industrializados. Não sei se fui claro. Ele é precoce, e, em função disto causou a tremenda demanda de empregos urbanos, de equipamentos sociais urbanos, e nós assistimos então à criação de equipamentos que passaram a satisfazer necessidades básicas e gerar empregos, atraindo cada vez mais gente do campo. Bom, então, tudo isso está de acordo com as vias expressas e metrôs, e outros equipamentos. Mas, no meio rural, o que continua acontecendo, no meu entender, até hoje, é que, entre outras coisas, o crédito rural continua a repousar no cadastro. Não existe no país, a inda, crédito à idéia, crédito ao projeto, crédito à pessoa como nos Estados Unidos existe, como os paises avançados têm. Aqui se o sujeito não demonstrar que é proprietário da terra, não tem crédito e, ipso facto, se ele não for o proprietário da terra, e não tiver o crédito rural, ele estará desatrelado do sistema de assistência técnica.e. portanto, de incorporação de tecnologia. Nossa assistência técnica, lamenta velmente, anda a reboque do crédito. Em terceiro lugar no meu entender, só mais recentemente isto tudo está mudando, mas o percentual de crédito que se dava ao pequeno e médio produtor era baixissimo em relação ao volume total de crédito destinado à atividade. Bom, isso então do ponto de

Então, só para concluir, para qualificar mais a minha discordância, eu creio que estão presentes as duas coisas uma bomba de sucção urbana que precisa ser estancada imediatamente e, igualmente, no meu entender, os fatores que, historicamente, expulsaram o homem do campo para o meio urbano, ou seja, a dificuldade de acesso à terra, a dificuldade de acesso à tec-nologia etc... Além disso ele não tem os beneficios que as cidades têm: escolas, lazer, cultura e o bem-estar em si. Ainda, pode-se dizer que 3% apenas das propriedades rurais do país tem eletrificação rural. Então, eu queria concluir enfatizando a presença desses dois fatores,

mencionados acima.

do a produção, limita a renda. E, paralelamente

a isso, se dá uma série de incentivos à agricul-

tura de exportação, e à agricultura energética.

vista quantitativo limita a produção e,

Renê Pompeu de Pina - De inicio, farei um comentário sobre a migração urbana. Eu acho que a gente talvez tenha que encarar isto de uma forma um pouco pragmática. A nossa população rural e urbana vai seguir os mesmos percentuais que seguem os países mais desenvolvidos, na medida em que nos formos desenvolvendo. Então é uma ilusão achar que nós vamos segurar o homem no campo. Não vamos, porque outros países não o seguraram. Nos Estados Unidos a porcentagem da população que mora no campo, hoje, é qualquer coisa da ordem de 10 por cento. Então, nos vamos caminhar para isso, e também não vejo porque nos teriamos o direito de condenar alguém a viver no campo se ele não quiser. O problema que existe é evitar que este homem saia do campo, e venha se marginalizar ou se agregar a esses grandes complexos urbanos. Eu não vejo problema nenhum em que um camponês, um agricultor saia do campo para morar na primeira vila, ou na primeira cidade perto do lugar onde ele produz. Quero dizer que ele poderá produzir até melhor, pois vai ficar melhor informado, sua familia vai ficar em situação melhor. Não vejo nenhum problema e acho que

Então, a primeira premissa que eu imagino, é que nos assistiremos à saida do homem do campo. O êxodo rural é um fato que vai acontecer como aconteceu nos Estados Unidos. Agora, deserção do campo não comprometa a pro-

isso não vai estancar o processo evolutivo, de

Eliseu Alves - O senhor me permite um aparte, só para clarear as coisas. Tanto lá nos Estados Unidos, quanto no Brasil, não foi a tecno logia agricola que provocou o êxodo rural. Ao contrário, a tecnologia poupadora de mão-de obra, veio como consequência de falta de mao de obra. A tese que estou desenvolvendo aqui é, basicamente, que a tecnologia veio como consequência da falta de mão de obra.

Renê Pompeu de Pina — Qual é o problema? O problema não é o homem morar no campo, ou dexar de morar, o problema é outro. Se um an-tigo agricultor está morando numa vila, ou no Rio de Janeiro, que é uma hipótese, por livre e espontânea vontade, não vejo problema. Então, a questão é a seguinte: não há problema nenhum no meu modo de entender, se o homem continuar migrando do campo para o primeiro centro urbano que encontrar, desde que isso não esteja

estancando o processo de produção. Eliseu Alves - Nos Estados Unidos, de 1860 até 1940, a produtividade da terra ficou totalmente estagnada. E, nesse periodo, de 1900 a 1930, houve um fortissimo êxodo rural. E se você verificar o sistema de patentes nos Estados Unidos, você vai ver um crescimento tremendo registro patentes, e no vas invenções, na área de mecanização. O jeito foi substituir essa mão-deobra pelo sistema de mecanização. Então acono seguinte a mão de obra nos Estados Unidos migrou para o meio urbano sem o correspondente aumento de produtividade da terra. A produtividade da terra começou a crescer realmente acentuadamente a partir da década de 40. A verdade histórica no Brasil é

Renê Pompeu de Pina — Então, concluindo: o exodo rural é um fato que existe, e vai continuar existindo até chegar a percentagens bem maiores. O que não é um mal tão grande, desde que esse êxodo não se dirija para os grandes centros, comprometendo o processo de produção. Se ele não comprometer o processo de produção, acho que ele não é um mal tão grande, e nós não temos direito nenhum de condenar o sujeito a viver no campo, se ele não quiser viver la. En-tão, o ponto básico é procurar assegurar o processo da produção. Agora, para assegurar o processo de produção, nos temos dois elementos, entre outros, mas eu citaria do elementos básicos que são, naturalmente, a questão juridica da terra, que pode ser legal através da propriedade, ou legal através do arrendamento.

O segundo ponto diz respeito aos insumos Então, nós não pode nos comparar a ação do GETAT com a ação do GDF porque os investimentos por hectares de terra não são com-

Então, vamos dizer o seguinte para assegurarmos esse processo de produção temos que acertar a forma legal de propriedade da terra e continuar destinando insumos, como investi-mento, à agricultura. Diria que são dois pontos nós temos que acelerar processos do tipo

Getat, mesmo que o primeiro proprietário da terra a troque por uma bicicleta, ou um picolé. Isto é um problema transitório; e, em seguida, acelerar ou estimular a parte do superficiário. Aqui eu acho que é o ponto chave que nós estamos desprezando hoje a legislação hoje, dá direito ao usocapião, dá direito a isso, dá direito aquilo mas não cria uma legislação leve para estimular o proprietário a arrendar a sua terra. Então, acho que nós precisamos urgentemente timular o proprietário a arrendar a sua terra. Então, acho que nós precisamos urgentemente de uma legislação que dê maior flexibilidade ao superficiário. Porque hoje é muito melhor ter uma terra sem inguêm, com duas ou três pessoas para olhá-la, do que arrendar para depois se tero problema legal de ocupação territorial. Então eu acho que nos devemos, para lelamente, ao trabalho do Incra, ao trabalho do Getat, tratar da parte legal, que é importante, fundamental, no processo de ocupação. A segunda parte é rever e agilizar um direito superficiário de tal forma que isso estimule os proprietários a colocar as suas terras num processo produtivo. Hoje não há nenhum estimulo nesse a specto, até pelo contrário. Esse su perficiário é um problema pelo contrário. Esse su perficiário é um problema em potencial uma vez que a legislação, de forma ou de outra, não dá a ele garantias maiores.

Renato Simplicio — Realmente, eu estou numa relativa confusão, porque encontro-me aqui, como produtor desta região, como técnico, como diretor de um órgão que trata do problema de mão-de-obra. Então, realmente, estas são fontadad de como diretor de um orgão que trata do problema de mão-de-obra. Então, realmente, estas são facetas distintas de encarar o problema. Eu acho que o problema é muito mais complexo. E, só para se ter uma idéia, eu estou observando aqui para se ter uma ideia, eu estou observando aqui o seguinte: há problemas tecnólogicos, de comercialização de produtos, de insumos, problemas de migração rural, problemas decrédito, de incentivo legal e de administração de propriedade. São doze temas, e, para ser prático selecionei três. O problema fundiário. S core o problema fundiário, o que importa é que haja motivação adequada para estimular o processo produtivo e corrigir certas falhas. I sso é que é produtivo e corrigir certas falhas. I sso é que é importante, do meu ponto de vita. Também, é bom lembrar que o desejo de posse, psicologicamente, é inerente ao homem. E acompanhado de outras medidas, leva o indivíduo, talvez até com mais entusiasmo, a se engajar no processo produtivo. Sobre esse accurate accurate processo produtivo. Sobre esse assunto, então, tenho uma opinião diferente do nosso Secretário: em relação a se estimular, ou não o DF a ceder a posse da terra, eu sou suspeito para falar, porque sou um dos beneficiários. Eu acho que deve-se propriciar essa posse, desde que isso não venha a comprometer o processo produtivo, a motivação. O importante é que aquela terra produza o que a sociedade precisa e deseja...

JBr. — Esclareçamos que a questão da posse está atndo colocada aqui como exercício da propriedade.

R. S. — Com relação ao tamanho das propriedades, já que estamos falando no problema fundiário, e dificil de se estabelecer um módulo finico. Pode ser um hectara 10, 20, 50, 100, 200.

único. Pode ser um hectare, 10,20,50 100,200 hectares, dependendo da região de exploração. ncomo com Eliseu que não e importante es tabelecer um tamanho máximo, ou mínimo ou único. Isto vai depender muito do tipo de exploração, da área considerada, da região, etc., dez hectares podem ser um tamanho excelente para horticultura, mas não se presta para desenvolver outras funções Portanto, para mim, não deve se permitir nem áreas excessivamente grandes, nem excessivamente pequenas. Esta, para mim, deve ser a orientação básica de uma politica fundiária. Quanto ao problema da migração, tenho um outro enfoque. Acho que é inevitável, quer queiramos, quer não, a não ser que hajam mudanças tão profundas que nós não tamos prevendo, o êxodo rural vai continuar. Estou vindo de uma palestra na qual abordamos exatamente esse tema. Todos os indicadores nos dão uma segurança de que o processo migra-

> Alceu Sanchez, "Acredito que haja uma deformação muito grande, se a gente examinar desde 1965, desde o primeiro programa de ação emergencial do governo, até o segundo PNB, na orientação dos investimentos públicos brasileiros. e isto é muito sério, no meu entender, porque eles estão predominantemente voltados para os investimentos chamados de equipamentos sociais urbanos. Mercê disso mesmo que o Dr. Eliseu acentuou, ou seja, que na década de setenta o pais presenciou uma urbanização muito precoce. Certamente, o modelo de ur banização do Brasil é extremamente incompativel com o nivel de renda já atingido pela população brasileira.'

tório continuará. Hoje, temos em cada quatro habitantes do Brasil, um que vive nos grandes centros urbanos. Esse processo vai continuar pelas razões que já foram a presenta das, mas eu tenho um outro aspecto a considerar. È que o processo migratório é muito seletivo. A curto prazo, ele causa um aumento da produtividade porque uma vez que não se tem a mão-de-obra local começa-se a usar sistemas. Recentemente tive que comprar um misturador de ração, ou de outra forma seria obrigado a empregar dois homens, e eu não os encontrei. Em matéria de migração, por outro lado, sempre emigra o mais apto, o que implica numa disfunção no processo produtivo. E, se não houver um grande esforço, com relação à mão-de-obra, os prejuízos na agricultura serão enormes. No caso da soja, no Paraná, por exemplo, somente a má regulagem da colhetadeira está causando prejuízos de mais de 120 milhões de dólares por ano. O leite ácido, por outro lado, causa uma perda, calculada há uns seis meses atrás, de 82 bilhoes de cruzeiros, pela falta de higiene, de assepcia na ordenha (o leite ácido é um leite de preco muito menor). No caso das máquinas agrícolas, um trator que tem uma vida útil de 10 mil horas, está tendo 4 a 5 mil horas somente, e apenas a regulagem das

(CONTINUA NA PAGINA 2)

DOCUMENTOS

Renato Simplicio: - "Quanto ao problema migratório,

acho que, quer

queiramos, quer não, a não ser que haja , mudanças tão

profundas que

nós não estamos prevendo, o

exôdo rural vai continuar. E, em matéria de migração,

por outro lado, emigra sempre

implica numa disfunção do

processo produtivo. E, se não houver um grande esforço com relação à mão deobra, os prejuizos na agricultura serão enormes".

dificuldades para a prática da socia bilidade. As pessoas estão literalmente isoladas. Conhecemos casos de pessoas que vieram do sul e que dizem o seguinte: "Nos estamos nos embrutecendo aqui. Estamos aqui totalmente largados". O que está acontecendo? Tem-se de um lado a ausencia da religião, de transporte escolar, e estes são assuntos que não se pode deixar de lado. Isso tem que ser sub sidiado, para se levar o homem do campo a nondujir de mas

se levar o homem do campo a produzir de ma-neira econômica e racional, cuidar das máquinas

e dos animais racionalmente. É preciso que ele sinta a importância de sua posição. Então, essa questão de agrovilas e núcleos rurais com bom funcionamento, é bem a questão da permanência

A. S. - Mas estou dizendo que também entendo que deva-se atender todas essas neces-sidades. E necessário atender o processo pro-

dutivo, vamos dizer assim, fornecer insumos e

comercializar o produto, isso eu concordo plenamente. Agora, por outro lado, os núcleos rurais, no caso de Brasilia, têm o defeito de que

foram implantados, mas não foram contem-

(CONTINUAÇÃO DA PAGINA 1)

bombas injetoras daria para pagar os gastos da Embrapa, de minha Secretaria de Mão-de-Obra, e de todo o Ministério do Trabalho. Então, esse é o problema que eu gostaria que merecesse uma atenção toda especial, e se possível, até apelaria para o nosso Secretário de Agricultura e Produção, porque trabalhamos juntos nisso, para que encetassemos uma ação em conjunto a res-

A. S. - No ano passado, em que a produção foi menor, nós fizemos uma campanha através da Emater para a regulagem de colhetadeiras, somente para soja. A estimativa do que se persomente para soja. A estimativa do que se perdeu na colheita por má regulagem dava 150 milhões de cruzeiros. Imaginem o que isto daria a nivel nacional, já que somos a penas o sexto produtor de soja do país. Então, somente para terminar, o fato de termos altas taxas de migração rural complica toda a posição do governo em treinar uma mão-de-obra que ele sabe que não vai ficar lá no meio rural.

José Ramalho — O problema da migração é um problema já bem discutido e acho que ele vai continuar a se-lo, não há dúvida. Acho igualmente que, dificilmente, se segurará esse flux o.

mente que, dificilmente, se segurará esse fluxo. No entanto, alguma coisa deveria ser feita, não para estancar, que é praticamente impossível, mas para transformar esse processo, talvez atraves de treinamento, e de uma série de coisas que dêem maior produtividade a essa mão-de-obra que fica. Mas, não é fácil. Como o Eliseu já o enfatizou, em muitos casos o investimento necessário para se atuar no campo é muito alto. Sobretudo em regiões como o Estado de Goiás, onde temos distâncias e vazios muito grandes. No caso da assistência técnica que nosso Secretário abordou, eu acredito que o que ocorreu foi que o governo se serviu da assistência técnica para transformar uma agricultura de subsistên-cia em uma agricultura comercial. E, a principal ferramenta para essa o peração foi o credito; um credito altamente subsidiado. Foi algo que ocorreu num curto espaço de tempo e que mudou totalmente o panorama da produção agricola do pais. Agora, temos de nos voltar para um outro aspecto da questão, que é a transferência de rec-nologia através da assistência técnica, e isto toma algum tempo para que se faça esse tipo de

Renê Pompeu de Pinã: - "O êxodo rural é um fato que existe, e continuará existindo até chegar a porcentagens bem maiores. O que não é um mal tão grande, desde que esse êxodo não se dirija para os grandes centros, comprometendo o processo de produção. Para as segurar o processo de produção nós temos dois elementos, entre outros, que eu gostaria de citar: trata-se da questão jurídica da terra, que pode ser legal através da propriedade, ou legal através do arrendamento; o segundo ponto diz temos que continuar destinundo à agricultura, como investimento".

A. S. — Vou qualificar o que eu disse sobre assistência técnica a reboque. Basicamente, a assistência técnica inicia-se com aprovação de uma proposta de crédito rural, ou a existência de projeto de investimento rural. Então, a difusão tecnológica através do crédito orientado é extremamente importante. Não se dá créditos subsidiados sem que se possa promover um avanço tecnológico, o qual, por si mesmo induz a incorporação de tecnologia

R. S. - Nossa assistência técnica, da maneira como está sendo executada, talvez tenha algum sucesso junto a certa faixa deprodutores. Quando surge um produtor um pouco mais sofisticado, então ocorre um problema com relação ao tempo dedicado à assistência, por es-se produtor. Eu mesmo, por exemplo, vou uma vez por semana à propriedade, quando vou. O que, evidentemente, não é suficiente. Imagine agora uma situação onde temos uma assistência técnica com técnicos que visitam a propriedade duas, ou três vezes por ano. A esse respeito, eu gostaria de ouvir meus companheiros de assis-tência técnica anterior.

JBr - Para introduzirmos uma outra questão, e com todo o respeito que votamos ao trabalho da Embrapa, que é extremamente im-portante, aparentemente seus efeitos foram parcialmente incorporados aos métodos da agricultura brasileira, fazendo aumentar substancialmente sua produtividade.

E. A. — Em primeiro lugar, os métodos de aferição do aumento de produtividade não estão certos O aumento de produtividade não se mede pelo aumento de produtividade por hectare, ou por carcaça. Quando se está falando de pro-dutividade global da economia tem-se que medir a produtividade de outra maneira.

A. S. — Em matéria de produtividade por área, dividindo-se a produção total pela área cultiva da sabe-se se ela está crescendo, ou não.

E. A. - Mas isso ai não exprime a realidade a que me refiro. Em economia, em suma, é a atividade global dividida pelo total do insumo que é o conceito relevante. E, quanto a isso, nos-sa agricultura vem crescendo a taxas elevadas

desde 1954. Este é o conceito importante. JBr - Temos, no tema seguinte, um assunto que é um operador, que liga o precedente com o que segue agrovilas ou núcleos rurais? Esta é uma questão na qual gostariamos de intervir desde o momento em que estivemos discutindo sobre migração, mão-de-obra, e formação de uma mao-de-obra especializada no campo. Entendemos que não se pode considerar o homem separado da familia, da vizinhança. O que temos constatado nos núcleos rurais do DF é que há



plados com esses aspectos para a integralização R. S. — Entre todos esses fatores, gostaria de destacar a escolaridade no campo, o transporte escolar. A. S. - Este, as vezes, é um fator que limita a permanência da pessoa no campo, efet ivamente. Veja, por exemplo, o fato de se fazerem experiência de colocar linhas de ônibus ligando um de nossos núcleos rurais, a Planaltina, 3 ou 4 vezespor dia, já melhorou muito.

R. S. — Um outro exemplo. Colocaram um telefone no núcleo rural. Esse telefone tem a juda de muito na integração, numa doença. Já dá uma sensação de segurança ao trabalhador, porque ele sabe que num caso de doença, basta telefonare, uma hora depois, o carro esta lá.

E. A. — Eu fui criado numa região atrasada, mas lá, em 1900, já tinha telefone. Os fazendeiros se reuniram e o colocaram. Agora veio o pessoal "aqui de cima" para construir um novo telefone e vocês verão os preços que custará. E um pacote carissimo, entendem? Custa 4 milhões de cruzeiros. Então, os fazendeiros vão ter telefone, mas vai se eliminar aquele telefone barato. E a questão das escolas, por exemplo. Uma escola tem que ter um prédio bacana? Não de nossos núcleos rurais, a Planaltina, 3 ou 4

Uma escola tem que ter um prédio bacana? Não seria muito mais barato movimentar-se os professores? Por que não temos esse conceito, durante muito tempo, de movimentar professores em vez de ficar construindo uma escola, um belo prédio? Por que não se movimentam professores? Assim seria muito mais fácil. O resultado é que tudo vira cópia do modelo educacional urbano do país. Agora outro ponto que é o desajuste observado no Distrito Fe-

E um fenômeno temporário e acho que nós que estamos aqui, estamos mal ajustados nos aqui dentro da cidade, igualmente ao pessoal lá no meio rural. Qual é, basicamente, esse problema? E que nos entramos para um tipo de comunidade imposta de cima para baixo. Não foi o pessoal que construiu a comunidade, mas sim o planejamento, ou seja, de cima para baixo. Se formos a Balsas, encontraremos um grupo de gaúchos, que organizam as instituições deles lá de acordo com a tradição gaúcha. Em Rondônia, e em outros lugares, encontram-se coisas muito bem organizadas, de acordo com a comunidade. Mas aqui é o contrário, por causa de um projeto construído por um grupo de pessoas que não ex-perimentou nada. Acho que não tem jeito de voltar atrás. As pessoas é que vão ter que se ajustar ao modelo. Elas vieram para Brasília e podem não ter gostado da cidade no começo, mas tiveram que se ajustar. Eu, por exemplo,

gosto daqui, e não gostei no começo.

A. S. — Entendo a este respeito, que esse aju stamento vai depender mesmo da prospe-ridade econômica. A medida em que evoluímos nu ma direção, não tenho dúvidas de que isto vai incentivar um ajustamento mais rapido. Ai, nesse aspecto, existe a possibilidade da pessoa ajuda a construir aquela instituição alternativa ue ele nao tem, mas gostaria de ter. E aqui, no Distrito Federal, fica-se no meio rural num meio termo. Tem-se acesso à cidade que é relativamente perto, mas fica-se isolado nas noites e nos dias em que não se vem à cidade. Não seria também uma questão de rever o aspecto formalista do sistema educacional brasileiro? A este respeito, eu imagino o Distrito Federal como extremamente privilegiado. Mas é uma realidade geográfica muito limita da: 5 800 Km2. Aqui, em todas as sedes dos núcleos rurais e algumas colônias agricolas, temos a escola, um postinho de saúde. Cinquenta e oito por cento das pro-priedades rurais do DF já são eletrificadas. Mas estes indices são absolutamente atípicos em relação ao resto do país. Agora vamos observar as possibilidades de utilizarmos esse modelo para o país inteiro. É inimaginável no meu entender, em outros sistemas mais adiantados, que o mestre escola rural informal lecione criancas e que estas prestem exames nacidade, para serem a ceitas e reconhecidas. Aqui no país, não . Tem-se que enfrentar o 1°, o 2°, o 5° ano, sei lá, até o 10° ano para entrar na faculdade com um diplominha antes.

JBr - De fato. Talvez, a titulo de encerramento, anotamos algumas conclusões que gos-tariamos de conferir. Parece-nos que todos con cordaram em que o dominio da terra não é limitante do processo de produção; segundo, o arrendamento é a melhor forma de seleção de propriedade.

A. S. — Mas isso está muito genérico, e válido parcialmente para as condições do DF R. S. - Eu acho pessoalmente que o acesso à posse propriedade da terra é fundamental para

JBr — Estamos dizendo o seguinte: que a ausência de dominio da terra parece não ser limitante no processo de produção. Vimos as experiências do DF e as experiências de outras regiões. Perguntamos se valeria a pena transpor esse modelo para o resto do país como o primeiro

momento da ocupação, da frente de expansão. R. P. P. – Eu acho que esta questão já não tem muita razão de ser, porque o processo está em marcha. O que tem realmente de importante, neste particular, é a forma de legislação, que realmente impede que o processo de arrendamento se di namize.

Empresários da agropecuária mostram problemas e soluções

JBr - O Jornal de Brasilia agradece a presença dos senhores em nossa série «Do-cumentos». O assunto do prmeiro caderno é a Agropecuária no DF e Geoeconômica, e es-tamos à disposição dos senhores para uma discussão aprofundada de problemas e projetos nessa área, bem como de eventuais

reivindicações suas. Nuri Andraus Cassani — A primeira reivindicação que eu faria como pecuarista, é a de a nossa pecuária tivesse uma classificação como têm todos os produtos, ou seja, que nós tivéssemos carcaças classificadas. O leite, tem A, B, C; o arroz, tem diversos tipos; o cefé tem vários tipos, e o boi só tem uma classificação. Só sexual. É macho ou fêma, para o frigorifico pagar mais barato a fêmea, mas na realidade o desenvolvimento da pequéria dependa de se remyorar melhora con cuária depende de se remunerar melhor a car-ne de melhor qualidade. Aí, nós teríamos uma arrancada fantástica em termos de manejo, de qualificação de rebanho, pura e simplesmente por começar a existir a classificação de carcaça. Na exposição havia um animal típico: 18 meses, 400 Kg, mestiço Nelore com Charolês, prontinho para o abate. É a melhor carne do mundo. O couro, depois de curtido, vai dar cromo extra fino. É tudo que pode ser feito de bom, esse animal. Agora, se você o leva a um frigorifico. frigorífico, vai ser remunerado da mesma maneira que um boi com 5 anos de idade, de qualidade inferior, com berne, com tudo que tem de ruim. Então eu acho que uma matriz velha, uma sucata, tem que ser vendida a preço de sucata, e um novilho desse tem que ser remunerado na forma de novilho. Sera a primeira coisa para diferenciar até o tipo de criadores. Então você pega um criador às vezes da finesse de criação do Rio Grande, na hora de vender o produto dele, é obrigado a se sujeitar a um tratamento grosseiro. Isso é muito desentimiente.

muito desestimulante. JBr — E a pecuária de leite, quais seriam seus problemas específicos desse setor na

N.A.G. - Bom, as raças de maior aptidão que a genve vê aqui, nos trópicos, são as zebuinas. São as que se mostraram mais ap-tas. Agora os melhores prodútos que eu tenho visto pra produção de leite e produção de car-ne são híbridos. São mestiços do primeiro cruzamento. Do segundo cruzamento pra frente, todos eles perdem qualidade com relação ao primeiro cruzamento. Então, eu tenho uma concepção pessoal de pecuária de leite. Se eu fosse fazer a pecuária leiteira, eu cruzaria matriz zebuina com holandês de alta linhagem inseminado, obtendo consequen-temente boas matrizes leiteiras. Partindo do gir leiteiro e do holandês eu forneceria o meio sangue a um produtor de leite. Esse produtor de leite ia pegar um fleshvie, um nelore ou um chianina e cruzaria com o rebanho dele, produzindo um macho, ou fema que ia ser abatido com 18 a 24 meses. E a melhor maneira de se obter um desfrute elevado, uma produção co leite elevada, um animal que pode ficar solto a campo, sem necessidade de ficar solto a campo, sem necessidade de ficar permanentemente estabulado.

Luiz Ghesti — A propósito do que o Nuri falou, e reforçando o que ele disse, que não há compensação ou remuneração para quem produz melhor, gostaria de frizar um aspecto que pouca gente conhece. Trata-se do fato de que quem cria uma carne melhor não é recompensado à altura, e por outro lado as normas sanitárias obrigam muitos dos pequenos frigoríficos a fecharem suas portas já que não podem aproveitar as reses compradas para abate no mercado de comercialização de car-

ne. Grande parte desses animais são aproveitados para fazer sabão.

JBr — Então, a questão da saúde do rebanho, como fica?

Pedro Ivan Rogedo - Atualmente, na nossa região o Pronasa faz um excelente trabalho de combate e prevenção à aftosa. Na minha opinião o Pronasa tem tudo para, com um pequeno acréscimo de recurso estender esse combate a inúmeras doenças da região. Ele pode, com os 13 veterinários de que diseventualmente fazer um combate a outras doenças na região, como brucelose (que está sendo atacada atualmente), a tuberculose; a mastite, e a anemia. Com pouca coisa a mais, em matéria de recursos, o Pronasa poderia abranger uma área maior de doenças e dar uma solução de saúde animal no DF. aumentando em muito nosso desfrute. aumentando em muito nosso desiruto

JBr E como os senhores consideram a questão prática de se transmitir os conhecimentos técnicos na agricultura a na pecuária, utilizando as pesquisas da Embrapa e de outros órgãos, particulares e governamentais, se somos carentes em mão-de-obra séria e, sobretudo, qualificada? Como poderiamos levar esses conhecimentos para o fazendeiro médio da região, dependente do modelo an-



Pedro: desindexação pode trazer perigo tigo de agricultura e pecuária praticamente de

subsistência?

P.I.R — Confesso que tenho meditado muito sobre esse problema, e acho que está na hora de se fazer uma avaliação. Por exemplo, alguns técnicos recomendam que se abra o cerrado com arroz. Ora, nada pior do que o arroz para aumentar o nível de toxidez e de alumínio da terra. Por outro lado, você vai a um órgão de extensão, eles falam em fenação, outro dia se fala sobre a silagem, e, mais adiante, ouve-se que a capineira é a solução. Numa outra ocasião você pode ouvir que a irrigação é que resolve, então, está na hora de se refletir sobre isso tudo. O cerrado é uma região com características físicas e morfológicas já praticamente conhecidas, no entan-to nós não temos hoje um processo, uma maneira de produzir definida. Precisamos chegar a um processo produtivo definido.
Agora, por exemplo, chegamos a um novo
capim, o andropógon, mas até quando? Até
aparecer uma nova cigarrinha? Acho que é o momento, primeiramente, de sentarmos e fazermos uma experiência de toda a experiên-cia que existe no cerrado, que aliás é muito recente, talvez não chegue a dez anos, naquilo em que essa experiência teve de realmente intensivo. Uma vez feita a avaliação e definidos os processos principais, cumprirá então que se faça o treinamento de mão-de-obra. Mas o faça o treinamento de mão-de-obra. Mas o treinamento dessa mão-de-obra tem que começar pelo pessoal de nível supérior. Vamos, a esse respeito, definir a linha sem fazer crítica. Veja bem, o que se espera de um extensionista? Espera-se que ele conheça de soja, de feijão, de milho, de arroz, de porco, etc... Espera-se que ele dê uma assistência a várias dezenas de produtores numa diversificação de universo muito grande, sem que tenhamos de uma maneira geral uma técnica estabelecida e duradoura. E dada ao extensionista uma missão muito grande, muito sionista uma missão muito grande, muito diversificada. Eu acho que o sistema só poderá funcionar se for altamente tecnificado. Mas, hoje, acho que o sistema Sibrater, por exemplo, pouco mais é que fiscal. Portanto, eu começaria por uma reestruturação da mão-de-obra a nível superior, passando em seguida para nível médio e baixo. Esse sistema é es-

JBr - E o Senar, não poderia justamente desempenhar esse papel?

sencial, e acho, de certa maneira, até mais im-portante que aquele da Embrater. De qual-quer maneira seria necessário a implemen-

tação de um órgão de formação de mão-de-

obra no meio rural. Isso servetanto ao nível do

P.I.R. - OS enar não tem os instrumentos

para isso, no entanto, seria o órgão por na-tureza para desempenhar essa função. N.A.G. - Permitam-me relatar uma experiência a esse respeito. Há alguns anos atrás, em 1977, quando começamos a tra-balhar com tratores na região, existia um problema de introduzir o trator fora de uma área ao alcance de rádio e TV. Tratava-se de Posse, de Campo Belo, e naquela época existiam as feiras rurais. Tratava-se de uma semana rural onde juntavam os extensionis-tas, as carteiras de banco, os produtores, o pessoal da Secretaria de Agricultura de pessoal da Secretaria de Agricultura de Goiânia. As pessoas trocavam informações e se realizavam alguns pequenos negócios. Nós fomos procurar um apoio para montar um romos procurar um apolo para montar um curso sobre a formação de tratorista, realizado durante essa feira, e a "muleta" que nós encontramos, o parceiro ideal na ocasião foi o Mobral. O Mobral tinha toda aquela população cadastrada, toda ela à disposição, e tinha capacidade de aglutinação daquele contingente todo e se encarregava de reunir esse pessoal, dava-lhe um preparo preliminar, e ai nós chegávamos. Levávamos um trator e durante uma semana dávamos um curso de tratorista. Não saia um tratorista de primeira linha, mas a pessoa já saia com alguma coisa que desse melhor ganho. Aí, a iniciativa funnou. Ia ter uma feira, o prefeito da localidade em questão vinha aqui e solicitava nossa presença. Ai, por uma questão econômica, o Estado resolveu suprimir as feiras, achou que aquelas feiras não eram necessárias mais. Então deixou de exisitir o motivo de reunião desse pessoal, e nós não tivemos mais condição de continuar com o curso. No entanto, nós formamos duzentos e cinquenta tratoris tas em dois anos, junto com o Mobral. De Cristalina até Campo Belo, todo lugar que tinha feira, nós iamos e participávamos com turma de trinta à quarenta alunos. Então, o órgão que vai executar, se não estiver convivendo com a comunidade, participando dos problemas dela, e se não houver uma resposta econômica ao final desse aprendizado, nada

L.G. — Perfeito, o ecnômico é a chave da questão. É preciso ter uma compensação na atividade. Então, o que o Pedro Ivan colocou



Nuri: é possível arrancada no setor

que haja uma mobilização em termos de e que haja uma mobilização em termos de melhorar a mão de obra rural. Agora, assim como o país inteiro assiste hoje uma briga entre biomédicos e farmacêuticos, conquistando um espaço de trabalho, no meio rural a situação também é grave. Existem profissionais no meio rural. Existem agrônomos desempregados, existem técnicos agrícolas desempregados inclusiva no Distrito Federal desempregados, inclusive no Distrito Federal existe faculdade de agronomia, como existe colégio de técnico agrícola em Planaltina. Esses profissionais, treinados três anos em teconologia agrícola, e quatro anos em agronomia, não encontram colocação no mercado de trabalho dentro do Distrito Federal. Então, a questão que eu coloco é a seguinter profissionais existem, mas não estão sendo aproveitados. É claro, o único mercado que existe hoje é o sistema Sibrater, de extensão rural, e esse pessoal, no sistema Sibrater, esse pessoal nem sempre consegue desenvolver um trabalho que extende consegue desenvolver um trabalho que atenda o produtor porque esse trabalho vem de cima, nem sempre vindo de encontro às necessidades do produtor. Então, acho que o sistema Sibrater precisa desenvolver um trabalho que venha de encontro aos anseios do produtor. Necessitamos de um direcionamento dos profissionais no sentido de responder às expectativas do produtor.

N.A.G. — Acho importante uma formação de mão de obra igualmente nas bases. Eu quero ver o meu vaqueiro se formando para ser inseminador, por exemplo. E, nesse sen-tido, o fazendeiro peca por não oferecer oportunidades de adestramento de seu empre-

L.G. - De fato, nesse sentido, é preciso treinar o patrão. Aqui no DF nos temos o proprietário mais qualificado do pais, pelo menos no que concerne suas atividades profissionais na cidade. Agora, é preciso que ele mostre sua competência também no cam-

N.A.G. — Aprendi muito sobre fazenda visitando bons e maus fazendeiros, e talvez fosse uma idéia se promovessemos esse tipo de atividades. Que organizássemos visitas junto àqueles que tem sucesso, ou conhecimento mais aprofundado em determinado tipo de atividade. Mas concordo também com o Pedro Ivan que é necessário que se faça uma avaliação das técnicas para o cerrado. E. uma avaliação das técnicas para o cerrado. E, na minha opinião, essa iniciativa já devia ter sido tomada antes. Já está passando da hora de faze-lo. Não é possível que cada um tenha seu processo de exploração agricola do cerrado, é preciso definir um processo mais coletivo.

JBr. - Talvez pudéssemos passar agora para o aspecto mais propriamente econômico. Como fica a agropecuária no DF e na geoeconômica depois do último pacote?

L.G. — Em termos de agricultura, dentro de uma abertura política, de uma abertura democrática, o pacote não foi tão daninho. E quando eu falo de abertura política eu acho importante que ela exista de modo que se cobre das autoridades o cumprimento daquilo que ela afirmou hoje. Que afirmou no pacote, que reafirmou na "carta" do ministro Amaur ¿Stábile, divulgada em todos os jornais. Se, fato, o subsidio passou de 60% para 80% da ORTN, e se alterou a sistemática de preço mínimo a partir do valor básico, já corrigido com ORTN plena, quando o agricultor é fi-nanciado com 85% da ORTN, há uma vantagem de 15% por cento de ganho para agricultor. Isso é bom, agora, depende da classe em lutar para que o valor básico de custeio, e o valor básico do preço mínimo, a partir do qual o preço será corrigido quando da colheita, seja de fato o valor real compatível. Nesse caso há viabilidade da atividade agricola na região, e talvez no país; mas apenas nesse caso, é preciso frisar bem isso.

P.I.R. — A esse respeito eu gostaria de chamar a atenção para um fato de extrema importância, no meu entender. É preciso que o governo não se esqueça de que na agropecuária nós dependemos, como em vários outros setores, do poder aquisitivo do consumidor. Então, se o produto subir muito, (o diesel, muitos dos insumos e dos medicamentos, avançar com a taxa cambial), e o consumidor ganhar pouco, ninguém mais compra esse produto. Um dos efeitos da desindexação da economia, um dos seus principais alvos foi a desindexação dos salários, provocando a queda inevitável dos salários. É, respeitados os compromissos feitos com a agropecuária, os produtos desse setor deverão ter um preco justo e compensador por si mesmo. E nisso pode residir um impasse sério, já que poderá não encontrar comprador. Nesse sentido, nós somos por exemplo de opinião de que a lei

salarial não deveria ser mexida.

L.G. — Efetivamente, nós precisamos que o trabalhador do campo ganha, de maneira proporcional a seu trabalho.

Cientistas vêem agricultura da região

Cientistas ouvidos pela Editoria de Geoeconômica do JBr chamaram a atenção para numerosos problemas da agricultura na região: em primeiro lugar, enfatizaram o fato de que pode-se assistir muito breve a uma desaceleração da produção na região, como em todo o Brasil. Em seguida chamaram a atenção para aimportância de se questionar os processos tecnológicos convencionais na agricultura, atualmente. Sílvio Zamboni, agrônomo, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, CNPq lembra sobretudo a necessidade de se praticar uma adubação de maneira equilibrada, o controle biológico de pragas e de ter-se uma preocupação constante com insumos baratos, Zamboni enfatiza igualmente a importância de se continuar os trabalhos de pesquisa sobre o cerrado, visando pelo menos em parte a possibilidade de se praticar uma agricultura or

APROVEITAMENTO TOTAL E EDUCAÇÃO ADEQUADA PARA O CAMPO Por seu lado, o prof. Joachim Von Bulow, diretor do Departamento de Agronomia e En-genharia Florestal da Universidade de Brasilia, destacou o fato de que o sistema de arrendamentos do DF, tal como existe atual-mente, "ñão é o ideal", pois nos diversos núcleos rurais não existiria o que ele chama de aproveitamento total. Ele advoga a utilização de um método integrado de exploração dos arrendamentos, que possibilitaria a efetiva utilização de todas as áreas disponiveis para a agricultura.

Já Īnês Zatz, antropóloga e atualmente fazendo mestrado na Universidade de Brasília, chamou a atenção para o fato de que a educação formal "ter valor mas não dá comida ao agricultor". Nesse sentido, enfatizou mida ao agricultor". Nesse sentido, enfatizou a necessidade de se pensar um tipo de educação mais adequado para o meio rural, e pesquisar-se quais valores poderiam estar presentes nesse tipo de educação. Por sua vez, Alexandrina Passos Santos, socióloga e professora, lembrou que, a aplicação de um modelo educacional urbano no campo. "não

somente não funciona, mas atrapalha". E perguntou: "O que fazem os jovens com o conhecimento que adquirem nessas escolas, e segundo esse sistema?". E ela mesma responde utilizam-no para adquirirem o atestado de primeiro grau, em seguida, para se apossarem daquele de segundo grau. E, as consequências desse aprendizado se resumiriam de certa forma nisso". Valter Veloso, técnico da Embrater, observou que se deve dar, na agricultura, uma maior importância ao "planejamento participativo", onde o agricultor participaria das discussões de caráter técnico"como um igual dos extensionistas", ou técnicos em agropecuária. Ele resume seu pensamento afirmando que a educação tem que implicar num avanço; e, o pequeno e o grande tem que conviver, da mesma maneira que o formal e o informal se apresentam em convivência na sociedae moderna, sendo mesmo, esta, sua marca característica

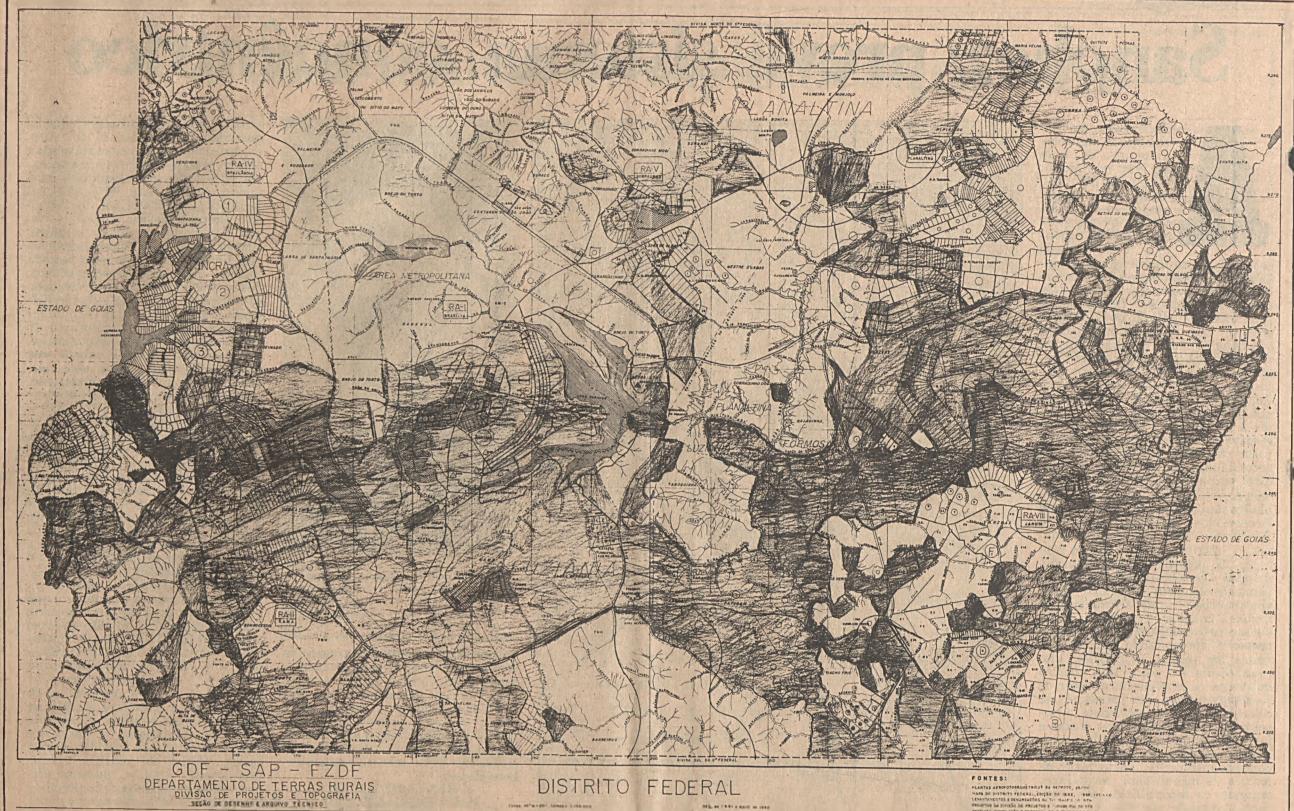


O sistema fundiário no DF, com arrendamentos, permitiu grande aumento da produtividade agropecuária. No entanto, chega-se hoje, praticamente, ao esgotamento de terras disponíveis, pois órgãos públicos detêm dezenas de milhares de hectrares de terras improdutivas.

Jornal de Brasilia

DOMINGO, 26 DE JUNHO DE 1983

DOCUMENTOS AGROPECVARIA



Apenas um quarto das terras do DF já está explorado

A área total do Distrito Federal compreende 581.400 hectares, sendo 347.949 ha. desapropriados e 233.451 ha. não desapropriados. Da área total desapropriada, apenas 149.998.56 ha estão sendo explorados pelos sistemas de agrovilas, colônias agricolas, áreas isoladas e avulsas, núcleos rurais, e com o Plano de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), sob a administração direta da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

De acordo com dados fornecidos pela Fundação Zoobotânica, toda a área desapropriada explorada - 149.998,56 ha. - está distribuída entre 1989 lotes, dos quais 1.642 estão sob a forma de arrendamento, cobrindo uma área de 128.035.27 ha.

Dentro da área efetivamente explorada, o PAD-DF abrange um total de 34.896,12 ha. com 115 lotes, sendo 89 arrendados que ocupani uma área de 29.406 ha. As áreas avulsas e isoladas chegam a 44.488,80 ha, com 149 lotes, dos quais 121 arrendados que atingem 40.399.33 ha. O restante da área desapropriada e explorada é utilizada pelos sistemas de agrovilas, colônias agrícolas e núcleos rurais.

Embora o Distrito Federal necessite de mais áreas para exploração das atividades agrícolas e/ou pastoril, a Fundação Zoobotânica explica que, na realidade, não existem mais muitas terras que possam ser desapropriadas.

A Fundação Zoobotânica tem 13 núcleos rurais sob a sua administração, um núcleo hortícula suburbano, duas agrovilas, oito colônias agrícolas. Em geral, os núcleos rurais estão concentrados em torno das cidades-satélites, e o Gama é a cidade que detem o maior número de núcleos rurais em suas proximidades. Estão localizados na periferia desta cidade-satélite, os seguintes núcleos; Monjolo, com 1.845,72 hectares distribuídos em 32 lotes, todos sob a forma de arrendamento: o núcleo rural da Vargem da Bênção que compreende 2.384 hectares divididos em 53 lotes, todos arrendados; o núcleo rural de Alagado, com 30 lotes arrendados, ocupando uma área de

1.366,72 hectares; e o Núcleo Rural de Santa Maria com um total de 1.156,71 hectares divididos em 19 lotes, sendo 17 arrendados cobrindo uma área de 1.118,85 hectares.

Taguatinga possui o Núcleo Rural de Taguatinga que totaliza 10.449,25 ha. de área, compreendendo 213 lotes, sendo 208 sob forma de arrendamento numa área de 10.159,60 ha.

Em Sobradinho estão os Núcleos Rurais de Sobradinho I e Sobradinho II. O primeiro constitui uma área de 3.373,27 ha, com 57 lotes, todos sob a forma de arrendamento; e o segundo, tem uma área de 1.376,91 ha. com 51 lotes, dos quais 46 arrendados. cobrindo 1.179,63 ha.

Planaltina possui dois núcleos rurais: o de Pipiripau com 2.896,84 ha. compreendendo 87 lotes, sendo 84 sob a forma de arrendamento; e o Núcleo de Taquará, com 11 lotes, todos arrendados cobrindo uma área de 2.495,46 ha. Em Jardim, está o Núcleo Rural Jardim, com uma área total de 6.680 ha. com um total de 137 lotes, dos quais 70 sob a forma de arrendamento, ocupando 2.896,84 ha. Em Formosa estão o Núcleo Rural de Riacho das Pedras com 6.727,09 ha. com 42 lotes, sendo 32 arrendados cobrindo uma área de 5.358 ha, eo Núcleo Rural Rio Preto com 177 lotes em 16.723 ha, dos quais 157 arrendados com uma área de 15.589 ha.

O Núcleo Hortícula Suburbano Vargem Bonita está localizado em Luziânia. Tem 67 lotes com área de 308 ha. dos quais 64 sob a forma de arrendamento com 290 ha.

Em toda a área do Distrito Federal existem, naturalmente áreas improdutivas, até mesmo dentro dos próprios lotes, mas segundo a Fundação Zoobotânica é muito difícil catalogar essas áreas, pois ainda não existe um levantamento sobre o assunto. Segundo o chefe do Departamento de Terras, da Fundação Zoobotânica, Miguel Torcasqui, existem planos por parte da Secretaria de Agricultura e Produção, para a implantação de novos núcleos rurais, agrovilas e colônias, mas ele prefere não falar, porque nem todos os projetos, que ainda estão em fase de estudos, serão efetivamente implantados.

A situação fundiária: um histórico, e futuro

Altir de Souza Maia Advogado, especialista em problemas fundiários

ABORDAGEM INICIAL: Evidentemente, abordagem de tema tão profundo quanto comtudo mais aprofundado, que o momento não comporta. Todavia, não há como fugir à cons-tatação de que não é possivel abordar a situação jurídica das da região geoeconômica de Brasilia, sem retornar, ainda que ligeiramente, à Constituição de1891, cujo artigo 3º dispunha que ficava pertencendo à União, no Planalto Cen-

Altir Maia tral, uma área de 14 400 Km2, para nela estabelecer-se a futura Capital da República. Assim, passando praticamente ao largo da situação das terras de Minas Gerais e Goiás, naquilo que integram a Região Geoeconômica de Brasilia — aquelas originárias de um sistema feudal não raras vezes ainda vigentes, e estas submetidas a um constante parcelamento provocado pela vizinhança da Capital Federal vamos centrar nosso trabalho sobre as terras do

Distrito Federal, reservando as demais para oportunidade futura.

LIGEIRO HISTORICO SOBRE

AS TERRAS PUBLICAS

Já deixamos assinalado em outra oportunidade que, como é de conhecimento histórico, após a descoberta do Brasil, as terras encontradas na antiga colônia, passaram a integrar, em bloco, o patrimônio da Coroa Portuguesa, daí a consiste de constitue de c o conceito de que a propriedade territorial rural no Brasil, foi originariamente pública.

Então, vigorava na metrópole o sistema sesmarial, isto é, a concessão de extensas áreas de terra, com a obrigação imposta aos sesmeiros de cultivarem a área concedida, demarcá-la e ainda confirmá-la. Tal sistema, sem nenhum estudo de profundidade, foi simplesmente transferido para a nova colônia, aqui vigorando até 1822, com resultados pouco expressivos.

As terras assim concedidas, desde que não aproveitadas, medidas ou confirmadas, retornavam, eventualmente, ao patrimônio da Coroa, isto é, eram devolvidas, dai nascendo a denominação de terras devolutas, expressão que usaremos com frequência ao longo deste tra-

Mas, devolvidas ou não, o fato é que as terras dadas em sesmarias não cumpriam sua função desenvolvimentista, im dicando numa rápida desagregação do sistem: e assim, quando D. Pedro I, aconselhado pele "atriarca José Bonifácio, aos 17 de junho de 1822 pos fim ao sistema sesmarial, nada mais fez do que Jeitar uma pá de cal no moribundo instituto.

elemento detonador para a adoção da medida foi a carta de um humilde agricultor da Comarca de Rio das Mortes-MG, chamado Manoel José dos Reis, que talvez sem pretende-lo, ingressou na história fundiária do Pais, suplicando ao Imperador que não concedesse Carta de sesmaria sobre o pequeno trato de terra por ele cultivado, de onde tirava o sustento para sua

A Súplica comoveu o Monarca, que em his-tórico despacho fulminou:

"Houve S.M.I. por bem resolver a consulta ue subiu à sua augusta presença com data de 8 de julho do ano próximo passado pela maneira seguinte: Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado, é suspendão-se todas as sesmarias até a convocação da assembléia geral constituinte".

Extinto o sistema sesmarial, permaneceu o Brasil até 1850 sem qualquer disciplinação legal quanto às suas terras devolutas, o que só veio a ocorrer aos 18 de setembro deste ano, com a edição da Lei 601, verdadeiro Estatuto das terras devolutas, as quais, embora ganhando seu Estatuto, continuaram integradas ao patrimônio

Imperial, lá permanecendo todo o tempo do Im-pério, até que o artigo 64 da Constituição de 1891 as distribuiu aos Estados em cujos limites se encontravam

Dispôs a Constituição que as terras devolutas passavam ao patrimônio estadual, cabendo à União somente a porção de território que fosse indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Sem maior esforço verifica-se que o Constituinte Republicano, excluindo apenas a faixa de fronteiras 66 Km, ao longo dos limites do Brasil com seus vizinhos) e pequenas áreas destinadas a fortificações militares, estradas de ferro, etc., transferiu todo o remanescente aos Estados, não sem antes ter o cuidado e a visão histórica de reservar para a União em quadrilátero para a construção da futura capital

Este quadrilátero foi posteriormente medido e demarcado, mas, por motivos que não se comprazem com a matéria em discussão, tal area, de 14 400 Km2, não foi totalmente aproveitada, tendo o artigo 2° da Lei 1 803, de 05 de janeiro de 1953, aproveitado, apenas, uma área de cerca de 5 814 Km2, cuja linha geográfica foi fixada pelo artigo 1º da Lei 2874, de 19 de se-

A SITUAÇÃO DAS TERRAS DO DF

 Estabelecida, desde 1891, a reserva em favor da União, da área de 14 400 Km2, posteriormente utilizada apenas na dimensão de 5 814 Km2, mais de 60 anos após, fácil constatar-se que tal fato tenha gerado perplexidade e paradoxos imensos sobre a natureza jurídica e a dominialidade das terras alcançadas para tal

 Por isso, é comum perguntar-se se nesse imenso quadrilátero existem terras de proprie-dade particular. Claro que existem. A Constituição de 1891, ao dispor que ficavam tais terras pertencendo à União, fê-lo, está óbvio, no tocante às terras devolutas, não quanto às particulares, pois, assim, fosse, ter-se-ia cometido verdadeiro

confisco, que a lei não tolera em tempos de paz. - Essa questão, aliás a tem sido objeto de algumas decisões de nossos Tribunais, sem, todavia, transformar-se em matéria pacífica, dadas as notórias divergências de uma para outra

Contudo, sustenta-se que a mera disposição constitucional, sem reforço de qualquer medida expropriatória, teve o condão de transformar em públicas terras particulares já integradas no dominio privado, parece-nos rematado absurdo. Por outro lado, pode-se perguntar, não sem alguma lógica: mas então a Constituição transferiu União as terras que já lhe pertenciam?

Não. O leitor atento já se deu conta de que a mesma Constituição transferiu as terras devolutas para os Estados-membros e assim, para que o quadrilátero de 14 400 Km2, situado no Planalto Central, não fosse transferido para o Estado de Goiás, dispos a Constituição que o mesmo ficava pertencendo à União, para nele estabelecer-se a Capital Federal.

Ficava pertencendo enquanto terra pública. pois as terras particulares continuaram sendo particulares, salvo se alcançadas por algum ato expropriatório.

- Na esteira desse entendimento, seja pelo Estado de Goiás, seja pela antiga NOVACAP ou atualmente pela TERRACAP, o fato é que boa porção das terras rurais que compõem o Distrito Federal, foram ou estão sendo desapropriadas, pouco importando o questionamento de seu

Desapropriando apenas benfeitorias, ou, quando for o caso, também a terra nua, as terras assim havidas pelo Governo do Distrito Federal vêm, lentamente, sendo loteadas e arrendadas para atividades agroindustriais, agropecuárias ou hortifrutigranjeiras, sempre com a preo-cupação básica de prover o abastecimento de

O ARRENDAMENTO RURAL

O arrendamento caracteriza-se por ser um instituto pelo qual determinada pessoa cede a outra, por tempo limitado, o uso e o gozo de um imóvel, mediante preço previamente ajustado. Tal instituto tem a vantagem de permitir que o arrendatário tire todo o proveito do imóvel, sem que o arrendador se demita de seu dominio. (vez, abaixo, a diferença entre dominio direto, e dominio útil).

No caso específico do Distrito Federal, os arrendamentos rurais aqui celebrados, são no prazo de 15 anos, prorrogáveis por igual período, constituindo-se em garantia suficiente para que o arrendatário se sinta com suporte temporal bastante para investir no solo e fazê-lo cumprir sua função social.

Mas nem todos assim o entendem. Para uma vasta parte da opinião pública brasiliense, principalmente os arrendatários, o interessante seria adquirir o domínio da área que exploram, por razões diversas, algumas até bastante convincentes.

Segundo os defensores dessa medida, a mesma traria as seguintes vantagens

a) Segurança dominial;b) Garantia de investir em terra própria; c) Aumento da produção, decorrente de mais aplicações e maior tranquilidade dominial; d) Constituição de um bem de raiz;

e) Fixação do homem ao solo. Embasado, nestas, e em outras razões igualmente ponderáveis, o ilustre Deputado siqueira Campos apresentou, em 1975, Projeto de Lei, assegurando aos arrendatários de lotes rurais no Distrito Federal o direito de optarem por sua compra. Tal projeto, de quanto se sabe, não logrou ser aprovado, mas seguramente não

- Contra a pretendida venda dos lotes levantam-se, também, oposições de variada ordem: legal, social ou econômica.

sepultou a idéia.

Comecemos pela legal: as terras desapro-priadas para determinada finalidade, não podem ter mudada sua destinação, pena de retrocessão. No caso específico do Distrito Federal, as

terras assim havidas, desde que permitida sua posterior alienação, com o evidente e inevitável remembramento para formação de verdadeiros latifundios rurais na vizinhança de Brasília, caracterizaria, para essa corrente, desvio de finalidade.

Outro exemplo, comumente citado é o do ex-Núcleo de Colonização Alexandre de Gusmão, situada a poucos quilômetros do Plano Piloto. Constituído para abastecer Brasilia, com um custo bastante elevado, boa parte de suas parcelas estão hoje transformadas em miniclubes, onde o que menos importa é o fator produção. Deve-se tal à venda inicial dos lotes ou colonos, que não resistindo às tentadoras ofertas recebidas, foram, aos poucos, alienando-os a ter-ceiros, para a formação de sítios de recreios, e, o que é pior, permitindo a concentração dos lotes e uma verdadeira especulação imobiliária, com terrenos que foram vendidos originariamente por um valor simbólico.

- O agricultor periférico de Brasília, argumenta-se, não estaria preparado para resistir a ofertas assim, e só permaneceria na terra enquanto dela não pudesse dispor. No momento em que tal acontecesse o poderio econômico tenderia a afastá-lo do solo, num movimento quase irremediável para a concentração em mãos de poucos, das terras que antes serviam a muitos.

O ABASTECIMENTO DE

BRASILIA

 Deve constituir preocupação básica do Governo do Distrito Federal o abastecimento de Brasília, sabido como a cidade ainda é carente de produção própria, hoje menos do que ontem. Por isso mesmo, qualquer mudança, que possa vir em detrimento de tal preocupação, deve ser olhada com extremos cuidados.

 Finalmente, os defensores dessa corrente sustentam que a alienação dos lotes rurais do Distrito Federal, na quadra atual de seu desenvolvimento, pode representar sério risco, porque

a) As negociações serão inevitáveis;
b) Por via de tal atividade, e concentração de

lotes também será incontrolável: c) Em qualquer hipótese, o pequeno agricultor será sempre o mais prejudicado: se vendido o lote a preço simbólico, não suportará uma oferta, quem sabe, até de 100 vezes o preço pago. Se a venda se fizer por preço alto, não terá recursos para suportá-la, e, como sempre acontece, já quitará o lote com o preço da especulação imobiliária;

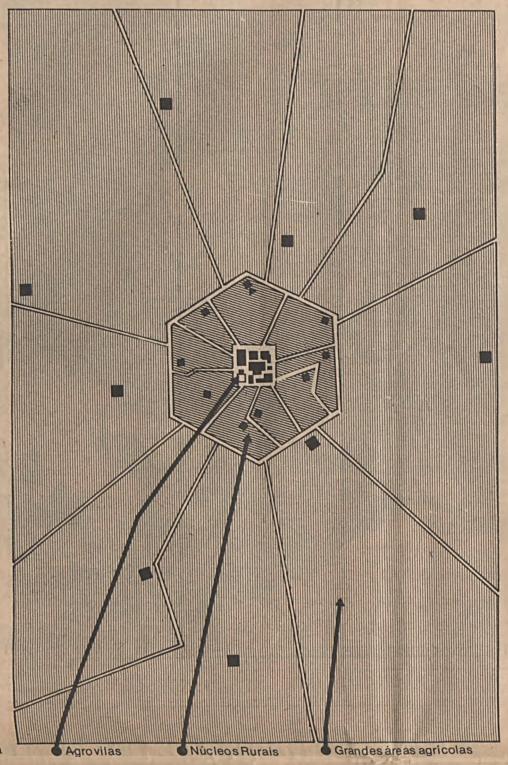
d) Este circulo vicioso, que aconteceu na propria cidade, com seus imoveis urbanos, so pode ser evitado, enquanto não se aliena a terra nua, como atualmente acontece com os arrendamentos, onde se cede o dominio útil, remanescendo o domínio direto com o Governo.

AGROPECUARIA

Sanchez prevê sistema concêntrico

implantação de complexos agrícolas dispondo de uma agrovila no centro, circundada por núcleo rural, em torno do qual se situariam proprie-dades médias e gran-

des, é um projeto desenvolvido no Distrito Federal, ainda na expectativa de se obter área disponível para sua execução, como afir-mou Alceu Sanchez, Secretário de Agricultura e Produção do GDF. Esse projeto, caso concretizado, poderá constituir-se numa iniciativa pioneira no Brasil, podendo responder efetiva-mente a dois dos mais graves problemas do meio rural, quais sejam o isolamento e a falta de mão-de-obra. O que se tem constatado, efetivamente, até o presente, é a eficiência apenas relativa dos núcleos rurais e agrovilas, para responder adequadamente às necessidades da população do meio rural em termos de infra-estrutura e serviços. Nesse novo modelo de implantação agrícola proposto pelo Secretário de Agricultura e Produção do Distrito Federal, o interesse estaria em se conjugar as potencialidades e funções próprias a cada um desses tipos de implantação humana no campo (agrovilas, núcleos rurais e propriedades médias e grandes), de maneira a se obter um todo com funções interdependentes e apresentando maior auto-nomia em relação às cidades. Isto equacionaria em parte uma questão que todos os especialistas do setor, de sociólogos rurais a administradores, se colocam muito frequentemente, a respeito do exôdo rural. Como sustar a fuga do campo? As agrovilas, como local de residência dos trabalhadores, e consequentemente, como fator de reserva de mão-de-obra, encontraria, segundo os especialistas, sua complementariedade nos núcleos rurais, onde a demanda de serviços é considerável, sobretudo em época dos serviços sazonais no campo. Esta estrutura facilitaria igualmente, na





Alceu Sanchez esta com o projeto pronto, mas não tem terras para implanta lo

opinião dos técnicos, uma atuação de órgãos de formação, aprendizagem a saneamento, como o Mobral e os demais serviços de extensão rural. Por outro lado, espera-se, poderia ser a matriz de uma nova sociabilidade rural, com a população desenvolvendo seus próprios valores, de forma mais autônoma em relação ao modelo ur-

A BUSCA DE LOCAL PARA IMPLANTAÇÃO Quando da elaboração dessa idéia,

na Secretaria de Agricultura e Produção, há pouco mais de três anos, esperava-se que seria possível fazer-se o

ensaio numa área do Exército que foi passada à Zoobotânica em 1980. Mas, em função de não ter-se consumado a desapropriação das áreas remanescentes, pôde-se apenas implantar no local uma pequena colônia, do Jardim, na jurisdição administrativa de Planaltina. Em consequência, não foi possível até o presente exercitar-se o projeto como um todo. Alceu Sanchez entende que a experiência deveria ser tentada mesmo a nível da região geoeconômica. Nesse sentido, já havia entabulado conversações com o ex-secretário de Goiás, Juiz Rogério, para se conjugar esforços visando a implantação do projeto em áreas que já dispusesse de alguma infra-estrutura, como nas proximidades do PAD-DF, onde existem armazéns de silagem, secagem, laboratório de sementes, laboratório de solos, e outras facilidades. Além, naturalmente da possibilidade de se utilizar o serviço de revenda da Zoobotânica, e seu serviço de mecanização. Para o Secretário de Agricultura a experiência conjunta GDF — Governo de Goiás deveria ser tentada, nesse particular, a despeito do fato de se verificarem diferenças de estrutura fundiária entre as duas unidades da federação. Alceu Sanchez acha que o projeto poderia ser implantado tanto através de desapropriação da área, quanto, eventualmente, através da iniciativa privada, a exemplo do que vem ocorrendo com uma colônia agricola, pelo menos, situada em Mato Grosso. O modêlo de sistema concêntrico é o mesmo lá, em Mato Grosso e aqui, com a diferença de que no caso do modelo já implantado, a preocupação do empresário que o executou era de mostrar que a Amazonia poderia ser colonizada com parcelas de tamanho médio de 500 hectares, o que para o Distrito Federal seria considerado uma escala relativa de média e grande propriedade. Aqui, o interesse precípuo do exercício seria de construir-se um modelo onde houvesse uma maior complementariedade das funções sociais no campo, consequentemente, propiciando-lhe uma maior autonomia, ainda que, evidentemente, relativa.

Cooperativa pecuária da Região do Distrito Federal — COOPA-DF, entidade 100% privada, de iniciativas dos próprios agricultores, começou suas atividades em setembro de 1978 com 22 sócios, número mínimo exigido para a for-mação de uma cooperativa. Está, portanto, completando 5 anos de atividades.

Hoje, a COOPA-DF conta com sete escritórios, além de sua sede na BR-251 (Brasilia-Unai), que é o centro de pre-paração e estocagem das safras de seus 576 sócios atuais, sendo 240 do Distrito Federal e o restante espalhdos por 15 outros municípios, entre os quai Formosa, Cristalina, Unaí, Paracatu, Luziánia, Buritis e Formoso, abrangendo, então os estados de Goiás e Minas Gerais.

A COOPA-DF tem como meta principal propiciar a seus sócios todas as facilidades possíveis no tocante a incentivos, assistência técnica, estocagem de produtos, venda e transporte.

E uma entidade que não visa lucros. De cada associado, é cobrada uma taxa de 2% sobre sua produção, renda que vai para o sustento da cooperativa e acaba por reverter-se em prol do agricultor, que se utiliza de seus armazéns e maquinarias de secagem, seleção, etc. O agricultor conta ainda com tabelas de preços diariamente expostas de acordo com o fechamento da bolsa. Isto significa que o associado tem sua mercadoria pesada e armazenada, sempre à disposição para que seja vendida por ele mesmo, quando decidir momento e preços que lhe convenham. Em sintese, o produtor conta com todo o apoio e orientação da Cooperativa, com sua excelente equipe técnica, mas é livre para comercializar sua mercadoria.

No entanto, a Cooperativa tem tido problemas de falta absoluta de recursos para a comercialização de seu estoque desde setembro de 1982, o que determinou a contratação de financiamentos em dólares, através da Resolução nº 63, como forma de pagar a produção dos associados, pois as vendas às indústrias ou ao comércio são feitas a prazo, principalmente quando há retração de oferta de dinheiro por parte dos bancos e o pagamento aos cooperados é devido após 10 dias de fechamento.

Mas, como forma de se precaver para o próximo exercicio, determinou-se a especialização de funcionários para a elaboração de orçamento completo e realista, bem como de constante acompanhamento e avaliação de desempenho para confrontar as previsões e as realizações, de forma a evitar maiores tropeços.

Essas dificuldades financeiras da COOPA-DF geraram críticas quanto ao desordenado crescimento da Cooperativa, o que, segundo seu presidente, Luiz Vicente Ghesti, não é verdade,

- Hoje, - diz Ghesti - nós só podemos atender um terço da agricultura de nossos associados e vamos parar por ai, para não agravar ainda mais a situação financeira da COOPA-DF. Muitos criticam esse crescimento como se fora uma opção da Cooperativa mas, na verdade, foi uma fatalidade. Para fazer a agricultura aqui, tinhamos que dispor de armazenagem e recepção. A Cooperativa bancou esse ônus. Não pediu ao governo.



Uma das sedes rurais da Coopa-DF. Um cenario tipicamente europeu em pleno cerrado mostra as transformações em curso na agricultura de Brasilia

Coopa-DF, um sucesso apesar das dificuldades

através da Cooperativa, criaram para si mesmo esta infra estrutura. Isto, então, explica nossa dificuldade financeira que, na verdade está praticamente sanada, pois, o governo ao tomar conhecimento da situação, criou uma linha de apoio à Cooperativa, o que está permitindo a regularização das finanças.

O que também contribuiu muito para o descontrole financeiro, foram os problemas, nesta mesma área, por parte dos associados, o que acabou refletindo na Cooperativa. Segundo Luiz Ghesti, a partir de 1979, reduziram se os investimentos e começou a aumentar a participação de recursos próprios dos médios e grandes produtores. "E a maior parte dos associados da cooperativa — continua Ghesti são médios e grandes na classificação do Banco Central. Não que eles tenham mais ou menos dinheiro. Eles são grandes

ou médios porque o crédito rural assim os

transformou. Ele está, na realidade, tão

Os próprios produtores, organizados descapitalizado quanto o pequeno produtor e precisa de recursos tanto quanto ele. Mas com a redução do financiamento do crédito rural, esse recurso que faltou ao médio e grande produtor, a cooperativa teve que bancar. A COOPA-DF financiou o que o crédito rural não cobriu e isso nos colaborando decisivamente para sua extrouxe problemas. Além do mais, houveram frustrações de safras e preços".

ATIVIDADES TECNICAS

No ano de 1982, o quadro técnico da COOPA-DF foi bastante ampliado e conta agora com 11 engenheiros agrónomos, 01 médico veterinário, 07 técnicos agricolas e 04 analistas de sementes, além de 02 engenheiros agrônomos e 01 técnico agrícola envolvidos no convênio firmado com o melhorista Francisco Terasava e 01 tecnólogo em cooperativismo do convênio COOPA-DF-EMATER/DF.

A atuação do Departamento Técnico foi dirigida para quatro áreas distintas, defensivos. sendo criados os Departamentos de Além disso, a COOPA-DF realizou Produção vegetal, Sementes, Crédito e campanhas em conjunto com a

Produção Animal. Foram ainda definidos os técnicos responsáveis pelos entrepostos de Formosa, Cristalina e Unai, atuando em conjunto com o restante do Departamento, estenderam a assistência técnica a todo quadro social da Cooperativa, pansão e fortalecimento.

Foram realizadas, só no ano de 1982, cerca de 1 400 visitas ao campo, visando assistir, orientar, difundir tecnologia e conhecer a fundo o trabalho de cada

cooperado. Uma das metas principais do depar tamento de Produção Vegetal do COO-POA-DF é a redução do uso excessivo e indiscriminado de defensivos com consequente redução dos custos de produção, que obteve sucesso através do uso de receituário agrônomo obrigatório para qualquer compra e financiamento de

EMATER/DF para uso correto dos solos, redução de perda de colheitas e o reflorestamento das propriedades dos associados, tendo alcançado resultados satisfatórios.

SEMENTES

Foram realizadas 1317 análises oficiais pelo IASP, sendo 916 próprias e 401 como prestação de serviços, além de outras 1 500 análises não oficiais. Foram produzidas, no exercício anterior, 130 mil sacos de 40 kg de semente de soja e 50 mil sdacos de mesmo peso de sementes de arroz, atendendo aos mais rigorosos padrões de germinação, vigor e pureza. Para a próxima safra, estão inscritos 221 campos de produção de sementes nos estados de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, totalizando 22.704 hc de soja e 12518 hc de arroz para semente.

Além de toda esta estrutura montada pela COOPA-DF, ela também facilita o acesso do produtor ao crédito rural. A COOPA/DF — diz Ghesti — repassou até hoje mais de Cr\$ 600 milhões em financiamento para o produtor, para abertura de novas áreas, financiamento de calcáreo, equipamento de irrigação e custeio agricola". O Presidente da Cooperativa reclama, em nome dos associados, um tratamento igualitário às demais regiões agricolas do país. "Hoje — diz ele — todas as cooperativas do sul do país devem ter recebido o IGE, que é o financiamento de comercialização. Estamos com os armazéns cheios e não temos recursos para comercializar. O produtor tem sido, então, forçado a vender seus produtos a preços baixos. Esse recurso, se viesse, serviria para que o produtor pudesse aguardar o melhor momento de comercialização do produto e amortizar o custeio do mesmo". Ele afirma ainda que a própria cooperativa está em recursos para comercializar o arroz, que abastece 50% do mercado do Distrito Federal.

Apesar desses eventuais problemas, é aconselhavel que o produtor filie-se à Cooperativa, para não ter que enfrentar todos esses problemas isoladamente. Unindo-se, os agricultores terão força maior e melhores resultados em suas

reivindicações. **SUPERMERCADOS**

Já está em funcionamento no Setor de Armazenagens e Abastecimento Norte o supermercado da COOPA-DF que atende ao público em geral, oferecendo ba-sicamente gêneros alimenticios de pri-meira necessidade a preço de atacado.

E mais uma iniciativa da Cooperativa que, ao oferecer produtos de seus associados diretamente ao consumidor. proporciona a estes uma economia de até trinta por cento. Segundo Ghesti, "a diferença que normalmente vai as mãos do intermediário, é proporcionalmente di-vidida entre o produtor e o consumidor".

Os produtos com excessão do milho, são beneficiados e embalados pela própria Cooperativa. Além de generos alimenticios variados, o supermercado oferece também alguns produtos básicos para a agricultura pecuária, como sementes (de marca Buriti), fiscalizadas e certificadas, também de produção dos associados, além de fertilizantes, defensivas e material de

trabalho em geral. O supermercado da COOPA-DF também revenderá produtos de outras cooperativas, como vinho, erva-mate, café, óleo de soja e laticínios, também com

precos mais baixos.

As duas formas de exploração da terra

EXPLORAÇÃO INDIVIDUAL

Criador individual, sem ser membro de associação, e sem o apoio de cooperativismo, Digo Machado de Araujo, goiano, 72 anos, é um dos dois ou três fazendeiros mais antigos do Distrito Federal. Pelo menos dentre aqueles que, rederal. Pelo menos dentre aqueles que, apesar da construção de Brasília, conseguiram manter suas propriedades. Eles não foram muitos, bem ao contrário; e Diogo de Araujo dentre todos, se considera o mais intelilgente. Em primeiro lugar, porque não aceitou os oitenta centavos (é isso mesmo!) que o governo lhe ofereceu ná época (1957) governo lhe ofereceu, ná época (1957), por alqueire goiano desapropriado. Ele resistiu, exigindo duas concessões da parte do governo para negociar suas terras: em primeiro lugar, afirmou que não entregaria a totalidade de sua fazenda, e guardou a metade delas — cerca de 2 mil e quinhentos alqueires, do total de 5 mil alqueires que iam desde o Vale do São Bartolomeu até o Plano Piloto. Fazenda que herdara de seu pai, que, por sua vez, herdara de um tio avô materno. Somente nas mãos da família, mas de cem anos, sendo que os prédios antigos da fazenda, com as paredes amarradas com cipó, atestam por mais de duzentos anos de existência. A segunda imposição foi de que lhe pagassem o preço justo, e conseguiu a importância de três mil cruzeiros por alqueire. A partir de então deu início a seu próprio processo de modernização. Como ele mesmo afirma, la tere a companha a critare de Paradia. tentou acompanhar o ritmo de Brasília. Vendeu uma grande parte de suas terras remanescentes, aos poucos, e esperando a valorização das mesmas. Finalmente concentrou seus esforços nos quatrocen-

tos e poucos alqueires que lhe restavam, e que conserva até hoje, a pouco mais de 30 quilômetros da Estação Rodoviária, logo após a Escola Fazendária. Formou um terço aproximadamente dessa área em braquiárea, e uma outra parte em capim jaraguá (nas beiras dos córregos) — ele ainda não acredita no andropógon, pois « desconfia de que não produz massa suficiente e cresce mais para cima que para os lados». Plantou arroz (no ano passado colheu 6 mil sacas do produto), e foi formando as pastagens. Experimentou o gado holandês, e hoje é um dos produtores médios de leite do DF, com uma entrega média de 500 a 600 litros/dia, mas atualmente com gado mestico. Mais para gir que para holandês e em regime de pasto, salvo dois meses por ano (agosto e setembro) quando dá um suplemento para o gado constituído de farelo de trigo, torta de algodão, cana e água em grande quantidade, pois nessa época todas as pastagens encontram-se ressecadas, e desprovidas de suas reservas de água.

MAQUINARIO, EMPRESTIMOS E LUCROS

Com toda essa extensão de terras, Digo de Araujo possui apenas duas cortadeiras de ração (uma na sede, e outra no retiro), uma colhedeira de arroz, CL 2000, e um motor estacionário. O único trator da propriedade foi comprado em sociedade com um antigo vizinho. Tudo isso financiado pelo Banco do Brasil, onde ele ainda deve « uns restinhos» de empréstimos, que vai pagando aos poucos, porque foi feito na época em que

fazer esse tipo de operação, na opinião dele, ainda era possível. Hoje segundo dele, ainda era possivel. Hoje segundo Diogo de Araujo, xa gente está sendo obrigado a parar». No plano criatório conta com mil e seiscentas reses, das quais escolheu aproximadamente um terco para constituir seu plantel leiteiro rústico. Deste, cerca de 200 vacas estão constituir produzindo os seiscentos atualmente produzindo os seiscentos litros de leite mencionados acima, e que deram direito a Diogo Araújo ganhar uma medalha de ouro de produtividade, em 1982, concedida pelo Ministério da Agricultura. Até há pouco tempo, Diogo afirma, vivia mais da renda dos prédios que possui, pois a fazenda não dava lucro nenhum, era mais uma diversão, «um gosto» como ele diz. Hoje há um retorno aproximado de um milhão e meio por mes, e um lucro líquido em torno de 800 mil mensais, descontados os gastos com mil mensais, descontados os gastos com medicamentos veterinários, sal, ração, e salário dos empregados (cerca de três apenas). Como todo produtor rural, Digo Machado de Araújo concorda que na mão de obra reside o maior problema de meio rural sognido do procedos incomes meio rural, seguido do preço dos insumos. Admite que tem tido sorte nesse particular, já que seu administrador trabalha com ele há 16 anos e seu trabalho é aparentemente satisfatório. Quanto ao preço de insumos e medicamentos veterinários, um exemplo bastante atual: Diogo se queixa do preço das vacinas contra aftosa: para vacinar seu gado gastaria mais de duzentos mil cruzeiros, muito dinheiro para um velho senhor, e fazendeiro, que apesar dasnumerosas mudanças da economia, e das técnicas de produção no campo, tem procurado acompanhar o ritmo de cres-cimento da agricultura e da pecuária no DF, e sua região.

COOPERATIVAS

O cooperativismo agrícola é uma realidade viva no Distrito Federal, embora a grande maioria dos produtores que participam dos sistemas ainda se queixem de uma certa "falta de tradição" do setor, o que di-ficulta o seu desenvolvimento pleno. Esta questão, porém, não compromete o sistema cooperativista como um todo e os dirigentes das principais cooperativas estão empenhados, neste momento, em reestruturar a Organização das Cooperativas do Distrito Federal (O.C.D.F.), que está desativada desde 1981, e também eleger sua diretoria para a próxima gestão de 1983/84.

Em Brasilia existem, registradas, 28 cooperativas, das quais somente três — Coopa DF, Copermida e Camplan — estão ligadas concretamente à produção agrícola. Há outras que atuam nesta região como filiais de centrais de outros Estados. Cotia (produtos horti-granjeiros), Itambé e Gogó (produção de leite). Há ainda empresas, como a Sófrango, que operam com satélites, produtores independentes; que recebem as-sistência técnica e até financeira, em troca de uma cota da produção. Outro exemplo que poderia ser citado como uma espécie de cooperativismo, sem o ser na realidade, é o caso da Cooperbrás, que é fechada, com somente 22 produtores, região da Tabatinga. VANTAGENS

Embora faça questão de afirmar que "a conjuntura não está nada favorável à agricultura", o produtor José Lino Albuquerque, ligado à Coopa DF, entende que "filosoficamente não pode existir sistema melhor que

"Na prática, porém, ele não é executado plenamente", diz o produtor.

O presidente da Coopa DF, Luiz Vicente Ghesti, concorda com ele: "Muitas das experiências negativas em

Brasilia demonstraram claramente a falta de tradição do setor. Essa falta de tradição se configura, principalmente, pela ausência de treinamento e capacitação. Os agricultores esperam das cooperativas um certo paternalismo. Cooperativismo, porém, não é isso. Todos têm que viver e acreditar na união e no

Este fato chega a ser compreendido. A agricultura no Distrito Federal começou, efetivamente, a formar seus quadros sociais, a partir de 1977, portanto há cinco anos, mas o produtor, ao se filiar a uma cooperativa, espera resultados "imediatistas"

No sistema cooperativo, lembra, o produtor Amadeu Siqueira Neto, "a democracia é indispensável". E essa democracia, que dita os objetivos da cooperativa quer do ponto de vista de produção, preços, distribuição, etc., somente é possível através da participação dos cooperativados. Na cooperativa tradicional não e o capital que manda, mas sim o voto individual de çada um dos participantes. Por via de consequência, sua direção sempre segue a decisão tomada em assembléia, pela maioria.

A falta dessa consciência do que é cooperativismo tem levado muitos produtores a entrar em choque com dirigentes. Principalmente, porque, no Distrito Federal, muitos são agricultores "somente de fim de semana", que tratam a agricultura amadoristicamen-te", como costuma dizer Ghesti.

Esses produtores, por exemplo, não levam em consideração que o produto das cooperativas têm "um custo", pois é ela que dá assistência técnica ao produtor, armazena o produto, faz o transporte e depois a comer-

"Sem uma gestão democrática não se pode ter eficiência empresarial", argumenta o presidente da Coopa DF.

Todos os produtores se queixam da baixa qualidade dos recursos humanos disponíveis em Brasília: imigrantes não qualificados (em geral também não qualificáveis); constituem praticamente toda a oferta

Mão-de-obra, o maior problema da região

OMERCADO. DETRABALHO



A formação urgente de mão de obra é principal prioridade, segun do opinião consensual dos produtores

20%, mas a partir de 1983 deverá ficar esuma população estimada em torno de 40 mil pessoas, segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF -EMATER. Quanto as quantificações de profissionais de nível médio e superior não há uma estatistica exata.

Ainda de acordo com os técnicos dessa empresa, as profissões mais comuns entre os trabalhadores primários são: vaqueiro, operador de máquinas agricolas, diaristas (para trabalho diário na propriedade, como preparador do solo, tratadores de culturas, colheita e preparo do solo; embalador de produtos, etc); meeiros, parceiros e mensalistas. Ainda de acordo com a EMATER, a mão de obra agricola exis-tente na região do Distrito Federal, "é da pior qualidade, pois é originária de todas as regiões do país e, a grande maioria, sem nenhuma tradição agrícola anterior".

Diante desta situação, a EMATER vem fazendo grande esforço para treinar mão de obra e lhe dar maior preparo técnico. Para este ano, a empresa está dando cursos gratuitos, através de seus diversos escritórios de campo. Eles têm a duração número de agricultores vindos do Sul, por de 8 horas por dia (2 horas de teorias e 6 outro lado, justificaria uma maior utili-horas de práticas! . O objetivo desses cur-sos é, principalmente, capacitar os tra-conômica. Eles desconsideram geralmente balhadores em "assuntos específicos". As as especificidades climáticas e fisiológicas turmas têm, no máximo, 15 alunos e o da região, o que muitas vezes pode acaprincípio pedagógico dos cursos é o se- rretar em insucessos nos primeiros anos guinte: "se aprende a fazer, fazendo". Com após a chegada desses agricultores na esses cursos intensivos e acima de tudo região. práticos, a EMATER pretende ter treinado, até o final deste ano, 378 traba-lhadores através de 33 cursos diferentes

Distrito Federal vinha crescendo, nos úl- dificil no Distrito Federal. Conforme astimos três anos, a uma taxa superior a segura a presidente da Associação dos Engenheiros Agrónomos do DF, Laura tável segundo avaliação da Secretaria de Ramos, noventa por cento dos profis-Mão de Obra do Ministério do Trabalho. sionais lotados na região são empregados A previsão é que a safra 1983/84 ocupe do governo, que há mais de dois anos não uma mão de obra primária de aproxiabre novas contratações. Os profissionais madamente 15 mil trabalhadores para autônomos por sua vez, fecharam as portas, já que uma circular do Banco Central. datada de julho de 1982 estabeleceu a não obrigatoriedade de projetos agropecuários para a liberação de empréstimos.

Laura Ramos chama a atenção para um outro problema bastante serio que afeta diretamente o mercado de trabalho da categoria, qual seja a substituição de agrônomos por tecnocratas em todas as esferas deliberativas, provocando um direcionamento irracional da politica agricola brasileira. A monocultura, segundo ela é outro aspecto que contribui para o desemprego do engenheiro agrônomo, pois exige um minimo de trabalho técnico es-

Nesse sentido, a diversificação das culturas abre um leque maior possibilidades de trabalho. A região geoeconômica, conforme assegurou Laura Ramos, não foge a essa política de direcionamento econômico e por isso sofre as mesmas restrições que o resto do pais.

Segundo ela, há ausência de uma política agricola adequada. O simples aspecto de se ter no Planalto um grande

O QUADRO JUNTO **AOS VETERINARIOS**

A situação dos veterinários não é subcom 272 horas de treinamento. (Ver tabela stancialmente diferente da dos agronomos, pois o mercado de trabalho está cada NIVEL SUPERIOR vez absorvendo menos profissionais no sacadores, que ganham também um Quanto à classe de engenheiros setor. A política de contenção de despesas, adicional de produtividade.

O mercado de trabalho agropecuário do agronomos, a situação é particularmente adotada pelo governo, e os altos custos dos serviços veterinários, quando solicitados pelo particular, são as principais causas dessa situação.

Essa é a opinião de Noélio Costa, residente da Associação dos Médicos Veterinários, que em nome de sua classe, vem propondo às prefeituras a criação de minisecretárias de agricultura com o paliativo a curto prazo para o atual quadro de mercado de trabalho para os veteri-

Outra reinvindicação de extrema importância para os profissionais dessa área, diz respeito à venda, pela Terracap, de um lote no Plano Piloto onde a Associação construiria um edifício de clínicas, cujas salas seriam alugadas a veterinários. O atual local destinado às atividades da classe, nas proximidades da Fundação Zoobotânica, conforme determinação da Terracap, não agrada a esses profissionais, além do fato de serem atingidos com a medida que os obrigou a fecharem suas clinicas localizadas atualmente nas en-

AVALIAÇÃO

Segundo o presidente da Coopa DF, Luis Vicente Ghesti, o desenvolvimento das cooperativas nos últimos 5 anos trouxe um amplo desenvolvimento do mercado de trabalho no setor agricola do DF. No entanto, ele também reclama que o principal problema continua sendo a falta

de mão de obra treinado e qualificado. No caso da Coopa DF, foram criados mais de 400 empregos diretos, sendo 30 de nivel superior, mais de 150 em nivel médio e cerca de 200 de encadores.

Enquanto que nas cooperativas, os engenheiros agrónomos estão ganhando uma média de Cr\$350 mil por mês, nos órgãos públicos o salário inicial de Cr\$ 202 mil cruzeiros. Para um técnico de nivel médio a uma equiparação de salário de aproximadamente Cr\$150 mil. As cooperativas de Brasilia pagam em média 60 mil por mês aos que trabalham em seus escritórios de campo e cerca de Cr\$ 70 mil para os en-

O ENSINO DISPONIVEL

A Universidade da de Brasília possui um curso de formação de engenheiros agrônomos que, segundo o chefe do Departamento, professor Joachim Von Bulow, obedece o curriculo minimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. O curriculo está di-vidido em várias materiais básicas e profissionais, subdivididos em varios itens corres pondentes. As disciplinas que os alunos

A formação "básica" é de responsabilidade de departamentos e institutos afins. Esse tipo de formação tem como objetivo o conhecimento genérico na área das ciências exatas. O "profissionalizante" fica a cargo, principal-mente, do Departamento de Engenharia Agronômica que corresponde ao aprendizado mais específico. O tempo investido na for-mação do engenheiro agrônomo varia de 8 a

A PREOCUPAÇÃO DOS ALUNOS

Verifica-se, hoje, na maioria dos alunos de graduação, preocupação crescente com a qualidade de ensino. A preocupação é, revelada também pelo chefe do departamento pois, segundo ele, deve-se aproveitar ao máximo o que a Universidade pada ofercas máximo o que a Universidade pode oferecer, na atual conjuntura.

A idéia do Departamento de Engenharia agronômica é a formação do profissional generalista, ou seja, ao mesmo tempo zootec-nista, engenheiro agrícola, fitotecnista, etc. Esta formação é uma estratégia para o mercado de trabalho, pois este agrônomo terá maior possibilidade de acesso às várias áreas

preocupação de administrar aulas práticas paralelamente às aulas teóricas. Alguns grupos desenvolvem trabalhos com abelhas. outros trabalham com o biodigestor, outros ainda desenvolvem trabalhos com coelhos, gado, ou com a horta comunitária. Todas es-

O PROBLEMA DAS CONTRATAÇÕES

Uma das lutas do Departamento tem sido a contratação de novos professores em diversas áreas, mas hoje as contratações de novos professores estão suspensas e o Departamento de Agronomia está se ressentindo dessa deliberação, pois tem como objetivo o desenvolvimento de novos cursos e especializações, o que requer maior número de especialistas.

O professor Joachim considera que, no momento, o que se pode fazer para que os novos profissionais possam ser absorvidos no mercado de trabalho, é oferecer-lhes uma for-mação a mais eclética possível, possibilitando uma futura especialização na área que melhor lhe convier, e de acordo com a região na qual ele vai trabalhar, Sendo assim, o engenheiro agrônomo terá mais de 48 opções para se especializar como, por exemplo — solo, horticultura, engenharia, irrigação, fruticultura, drenagem, engenharia agricola, dentre outras.

Ao nível técnico há duas escolas na regiao do Distrito Federal: o Colégio Agricola de Brasília, em Planaltina, que forma uma média de 350 técnicos por ano em agropecuária e economia doméstica; e a Escola Agrícola de São Sebastião, em Braslândia.

CURSOS DE MAO-DE-OBRA	ES CRITÓRIOS LOCAIS	CARGA HORARIA	PAR- TICI- PAN- TES
AGRICULTURA Arroz/Operadores de máquinas Arroz/Preparo de solo Tomate/Uso correto de defensivos Tomate/Uso correto de defensivos Tomate/Uso correto de defensivos Pimentão/Uso correto de defensivos Limão Tahiti/Uso nacional adubação Alho/Uso nacional adubação Censoura/uso nacional adubação Batata/Uso correto de defensivo Alho/Uso nacional'adubação Limão Tahiti/Uso nacional adubação Arroz/Preparo de solo Repolho/Controle de Traças Arroz/Preparo de solo Cenoura/Uso nacional adubação 'Sub-total	Rio Preto Rio Preto Rio Preto Planaltina Tabatinga Tabatinga Tabatinga Gama Brazlândia Brazlândia Brazlândia Brazlândia Brazlândia Brazlândia Taguatinga Taguatinga	08 08 08 16 08 08 08 08 08 08 16 08 08 16 08 16	12 12 11 20 10 10 10 10 10 20 16 20 15 10 10 20
PECUÂRIA	ES CRITÓRIOS LOCAIS		PAR- TICI- PAN- TES
Manejo de capineira Manejo de capineira Manejo de capineira Manejo de capineira Uso de silagem Alimentação adequada Manejo de Capineira Sub-total	Jardim Rio Preto PAD/DF Sobradinho Tabatinga Ceasa Gama Brazlândia Vargem Bonita Taguatinga	08 16 08 08 08 16 08 08 08 08 08 08	10 25 10 12 30 15 10 12 10 10 10 144
BEM- ESTAR SOCIAL			
Alimentação Corte e Costura Sub-total TOTAL	Sobradinho Sobradinho	08 16 24 272	16 12 28 378
Cursos mantidos pela Emater em Brasilia			

Do melhor centro de estudos sobre solos tropicais no mundo até o transplante, e congelamento de embriões bovinos (experiência pioneira no Brasil), a região está bem servida em pesquisas agropecuárias. Resta agora encontrar os caminhos da aplicação desses conhecimentos.

Jornal de Brasilia

DOMINGO, 26 DE JUNHO DE 1983

DOCUMENTOS

Conhecimentos para produzir já existem

órgão de pesquisa agropecuária que detém atualmente o maior número de infor-mações, e o melhor; mações, e o melhor conhecimento internacional sobre a ciência e a tecnologia de solos tropicais, situa-se a pouco mais de 20 qui ometros de Brado Contro do Posquisas

qui ometros de Brasilia. Trata se do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado (CPAC), uma das três unidades de pesquisa regionais da EMBRAPA, os outros dois sendo o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Umido, em Belém, e o Centro de Pesquisas Agropecuárias do Semi árido, em Petrolina. Apenas o CPAC conta com cerca de 100 pesquisadores de nivel sucerca de 100 pesquisadores de nível su-perior, sendo que 15 dentre eles são detentores de doutorado (PhD) em ciên-cias agropecuárias, muitos deles no exterior. Por outro lado, o centro mantém convênios com vários organismos internacionais de pesquisa no setor tendo atualmente em seu campo de laboratórios, nove consultores vindos em convênios com o Banco Interamericano de Desenvolo Banco Interamericano de Desenvolvimento, e cinco pesquisadores do Japão trabalhando sobre fotointerpretação, censoreamento remoto, entomologia, fitotecnia, fitopatologia, etc... O CPAC espera para dentro em breve a chegada de pesquisadores americanos, na maioria da Universidade de Cornell, e de cientistas franceses que deverão participar de uma "work shop" em conjunto com brasileiros antes do final deste ano.

A CONTRIBUIÇÃO PARA
A GEOECONOMICA

A maior contribuição do CPAC para a agricultura do cerrado, portanto, da geoeconômica, onde a quase totalidade dos solos é dessa natureza, situa se em três aspectos fundamentais: recursos naturais, relações solo água planta, e desenvolvimento de sistemas alternativos de produção. No que concerne o primeiro desprodução. No que concerne o primeiro des-ses itens, ou seja, os recursos naturais, o orgão da EMBRAPA, realizou programa que contou com a participação da Sudeco, um levantamento completo do solo da geoeconômica, determinando sua utili-zação atual e potencialidades no que diz respeito à geomorfologia, classificação dos solos, recursos hídricos e vegetação. Esses dados permitirão eventualmente que se equacione a utilização racional e equiliequacione a utilização racional e equili-brada da reserva fundiária do cerrado para dentro de uma geração, ou seja, nos próximos trinta anos. Alguns resultados

> Já se dispõe de conhecimentos permitindo tornar a região a maior fornecedora de grãos e de sementes do Brasil. É necessário porém, que o governo dê maior apoio ao desenvolvimento de suas potencialidades, como afirma Elmar Wagner, diretor do CPAC

concretos já surgiram dessas pesquisas ligadas a esse programa específico, e entre eles a constatação de que toda a região se presta a uma agricultura diversificada. Ou seja, no cerrado pode-se plantar praticamente tudo, e particularmente, o clima seco da região e a relativa ausência de pragas sugere sua utlização para a produção de sementes, parte nobre da agricultura. Além de representar uma economia de divisas muito grande, já que as sementes são geralmente importadas. A esse respeito, um fato de grande impacto econômico resulta da produção de semen-tes de soja no cerrado em torno de Brasilia, quando até há pouco tempo existia o quase dogma da impossibilidade de se produzir soja na região intertropical, e muito menos nas chapadas do Centro Oeste. Nesse sentido, as pesquisas do CPAC sobre a soja no cerrado, reforçadas pela persistências e trabalho de alguns pioneiros dessa cultura na região, acabaram por quebrar um tabu muito antigo. De fato, era muito dificil crer que uma cultura, como a soja, nascida nas regiões frias do norte da China pudesse chegar até aqui, adaptar se e produzir, com resultados extremamente satisfatórios, segundo técnicos e agricultores

O SISTEMA SOLO-AGUA-PLANTA

O segundo programa em desenvolvimento na CPAC trata, como dissemos das relações solo água planta. Nesse setor das pesquisas em desenvolvimento no centro tratou se de dar ênfase aos solos, em particular

Trata-se, efetivamente, como todos os técnicos, e mesmo os leigos o sabem, do problema maior da agricultura na região. A questão solo conjuga, do lado desfavoravel (porque, evidentemente, existem aspectos positivos, que consideraremos abaixo) uma forte acidez, um considerável teor de toxidez pela presença acentuada do





E. Wagner, diretor do CPAC, dirige o centro com competência e entusiasmo, desenvolvida ali condições da região,

aluminio, a uma baixa capacidade de retenção da água.

Paralelamente constata se, neste solo, que é um dos mais antigos do mundo, submetido desde então a um processo de lexivação (lavagem) considerável, a ausência de fósforo e cálcio, elementos essenciais para plantas e animais. Os aspectos favoráveis que não são muitos mas tos favoráveis, que não são muitos mas detêm uma importância decisiva, constituem se num relevo favorável, na presença de um grande número de cursos d'agua, e igualmente um indice pluvio-métrico elevado. Basta, como nos lem-braram os especialistas, administrar essa água. No capítulo da acidez e toxidez do solo ocorre um processo que impede a mineralização da matéria orgânica, e as plantas somente absorvem seus nutrientes através dessa mineralização. Nesse sentido, uma das grandes contribuições do CPAC residirá certamente no resultado de suas pesquisas atuais sobre a ação de microorganismos capazes de mineralizar a matéria orgânica, sem a intervenção de produtos industrializados que produzem o mesmo efeito, mas são caros e muitos deles oneram consideravelmente nossa balança de pagamentos, já que são impor-

A PESQUISA DE ALTERNATIVAS PARA A PRODUCÃO

Igualmente, nessa área, que constitui o terceiro dos programas de pesquisas atualmente em execução pelo CPAC, os resultados e o volume dos trabalhos é realmente considerável. Pesquisa-se atualmente sobre a capacidade e características de mil e quinhentos tipos apenas de leguminosas, sendo que pelo menos em algumas delas, como os "stilosanthes", está sendo feita uma observação da migração de larvas em sua ramificação, ou massa. Essa observação é importante no sentido de que a reprodução de certas larvas, como o carrapato, depende do meio receptor. Uma das leguminosas sendo testada pelo CPAC atualmente. O "Stylosanthes Guianensis" (chamado vulgarmente de Bandeirantes), tem mostrado uma baixa receptividade para as larvas específicas do carrapato, aspecto de importância considerável para a criação de bovinos no

A espécie de soja dita "Savana", e o trigo da espécie BR-10, igualmente fazem parte desse esforço do CPAC para adaptar culturas tradicionais e milenares, às especificidades de solo e clima do cerrado. Outras experiências como as citadas acima, de mesmo grau de interesse e de mesmo conteúdo alternativo para a produção agrícola na região estão presentes nos campos experimentais desse órgão de pesquisa. A título de exemplo cita-riamos a cevada, da qual se obtém o malte para a cerveja, e a castanha macadamea, muito produzida no Havai, e de grande interesse no mercado mundial. Um sistema novo de irrigação com simples tubos janelados, e um processo de abertura de sulcos para irrigação que pode ser puxado tanto por tratores quanto por animais, tudo isso com grande economia de investimento inicial, e bom nivel de durabilidade, estão igualmente sendo experimentados no centro.

COMO MAXIMIZAR OS **RESULTADOS DAS PESQUISAS**

Apesar do bom nivel, ou taxa, de aproveitamento das pesquisas do CPAC, utilização de normas técnicas que pos sibilitariam um amplo aproveitamento do solo na região choca se muitas vezes com decisões de alto nivel em setores não ligados à agricultura. E o caso, por exemplo, da desativação do Polocentro, e a desativação, em geral, dos créditos para a correção dos solos. Todo trabalho da Embrapa e do CPAC, bem como de qualquer órgão de pesquisa agrícola, depende, para ser aproveitado, das condições que se oferece ao agricultor para sua colocação em prática. Nesse sentido, apesar de termos em nossa região o centro de pesquisa que mais conhece os problemas do solo tropical no mundo, a produtividade desses solos, construida através de correções da acidez e outras medidas, até a apenas 35 a 40 por cento de sua pontencialidade real



Embriões congelados e bezerros de proveta

A produção de bezerros de proveta e o congelamento de embriões (cuja experiência pioneira no Brasil foi tentada com sucesso há poucos dias na região) trarão consequências econômicas da maior importância para o país. Em primeiro lugar, poderá ser feita, doravante, a exportação de embriões congelados, para o mundo todo, de reprodu-tores nacionais, particularmente das raças zebuinas, que encontram grande aceitação no mercado internacional. Um outro aspecto importante desses avanços tecnológicos é que, com a produção de crias de proveta, será possível preservar raças como o «crioulo lageano», ou o cavalo pantaneiro, que estão desaparecendo, e que, por sua rusticidade e resistência, representam fatores de importância inestimável para cruzamentos com raças europeias, mais apuradas, porém mais suscetíveis às nossas condições climáticas e ecológicas, em geral.

EXPERIÊNCIAS NA GEOECONÔMICA

A obtenção de bezerros de proveta já vem sendo conseguida em várias regiões do país. Na geoeconômica a Stracta, empresa brasiliense de prestação de serviços no setor pecuário, já tem conseguido excelentes resultados no setor, servindo-se da nova técnica. Essa tecnologia torna possível a uma vaca comum dar cria a um bezerro de alta linhagem, sem ter tido contato com o touro reprodutor, dando ainda, em pouco mais de um ano, as crias que daria durante toda sua vida produtiva.

Segundo o especialista em reprodução animal, Dr. Aureliano Menarim Júnior, responsável pela aplicação da técnica de transferência de embriões que a Stracta está produzindo, a capacidade de reprodução de uma vaca vai de 12 a 15 mil bezerros em toda sua vida, mas com a utilização dessa técnica, estimula-se o ovário do animal que poderá, então, conseguir o mesmo número de crias em um tempo reduzidissimo. Isso depende, no entanto, segundo o técnico, das características individuais de cada animal. Será possível exportar-se numa caixa de pouco mais de vinte centimetros, cerca de 100 futuros zebus de melhor padrão na-cional, «fabricado» aqui na região, por

Naturalmente, outros países já utilizamse dessa técnica há mais tempo. A esse respeito, calcula-se que somente nos Estados Unidos, em 1982, nasceram, pelo menos, 50 mil bezerros pelo método de transferência de embriões, com o que vem sendo feito pela

No momento, a Stracta conta com 80 doadores, 150 receptoras e seis reprodutores de raças brasileiras em extinção. Pedro Ivan Rogedo, diretor-presidente da Stracta, afirma que o sucesso dessa tecnologia genética no Brasil dependerá muito de in-centivo do Governo. O Banco Regional de Brasília vem financiando a implantação da estrutura física da fazenda e a aquisição de vacas de alto padrão genético e zootécnico. Até 82 foram feitas mais de mil transferências de embriões no Pais, mas com resulta-dos técnicos ainda abaixo do desejável. A Stracta acredita, entretanto, que, a curto prazo, a tecnologia aplicada com êxito total no exterior estará totalmente adaptada às condições nacionais e, então, terá uma produção igualada aos índices interna-cionais, que são de 6 embriões por coleta.

O PROCESSO DE TRANSPLANTE O veterinário Menarin explica o proces-so, ou a técnica de transplante

As vacas são selecionadas e submetidas a todo o controle sanitário exigido para um bom desempenho reprodutivo. Após uma segunda demonstração de cio Apos uma segunda demonstração de cio regular, são colocadas num programa cuja estimulação hormonal se inicia do décimo ao décimo segundo dia pós-cio, recebendo um hormônio folículo estimulante. Ao décimo quarto dia, o animal já estimulado é forçado à nova apresentação de cio com o auxílio de um hormônio chemado Prostaçlandina fato um hormônio chamado Prostaglandina, fato que ocorre de 48 a 72 horas após a injeção. Com a liberação os zigotos maturos, a vaca será submetida a mais de uma inseminação com espaços de 12 horas cada.

O processo de coleta é feito através de uma simples lavagem intrauterina, em circuito fechado. O operador controla a quantidade de líquido introduzido no útero com o auxílio de «Cateter de Folley» e provoca seu retorno com uma massagem por via retal. O liquido presumivelmente contém os em-briões e é recolhido em uma proveta, sendo submetido a uma decantação de 30 minutos. Em seguida, acontece a sinfonagem do líquido excedente, aproveitando-se apenas 100 mililitros para procura dos embriões, porque são mais densos e vão para o fundo

Depois de capturados, os embriões são transferidos para líquidos nutritivos e clas-sificados. Dai são transferidos para as vacas receptoras, que são vacas comuns, con-gelados ou industrializados para posterior transferência e, aqueles que não alcançam os padrões mínimos, são desprezados. A operação de coleta dura cerca de 30 minutos. O CONGELAMENTO

DE EMBRIDES Justamente, esse processo de conge-amento de embriões dependendo de uma técnica altamente apurada para que se ob-tenha bons resultados, é que vinha desa-fiando os especialistas da região, e mesmo do Brasil. Com muita fé, e contando com boa parcela de sorte, certamente, além de provarem que já manipulam a técnica com mestria, um grupo de veterinários e técnicos conseguiu sucesso nesse tipo de ex-periência, a poucas dezenas de quilômetros de Brasília, na última segunda-feira. Foi a primeira vez que se conseguiu tal intento no País. Trabalhando de 5 horas da manhā de segunda-feira, até 3 horas da madrugada do dia seguinte, ou seja durante praticamente 24 horas, ininterruptamente, 6 veterinários e técnicos lograram o intento, trabalhando no contrato Stracta-Cenargem, na fazenda de propriedade da primeira dessas insti-tuições citadas, conseguiram extrair 36 em-briões, sendo que 34 foram classificados como excelentes, e em seguida, congelados Pouco tempo depois descongelou-se os em-briões e foi verificado o estado de perfeito aproveitamento dos mesmos. Acabava-se de abrir ali mais uma porta de trocas de alto nível, no setor, entre a região e outros pon-tos do País, e o mercado internacional da pecuária de alta linhagem. Participaram dos trabalhos os seguintes especialistas: Dr Petrônio Augusto Pinheiro, bioquímico, Dr Carlos Alberto Zanenga, veterinário, Dr. Aureliano Menarin Jr., veterinário, Dr. Armando Teixeira Primo, Agrônomo, Dr. Theodore Vaske, e Dr. Jorge Nicolau Neto,

Duas leguminosas que podem responder à demanda proteínica

As leguminosas empregadas na alimentação do gado, todo criador sabe disso, são extremamente importantes para o fornecimento de proteínas no período seco, particularmente, para a fixação de nitrogênio no solo. Nesta época, as pastagens, tanto nativas quanto formadas apresentam apenas 2 a 3 por cento de proteína em sua massa. Essas leguminosas entram particularmente na formação de pastagens consorciadas, ou mesmo como banco de proteínas, uma vez que a pecuária bovina no Brasil Central, e particularmente a pecuária de leite, ressente o fato de que as pastagens nativas, ou gra-mineas cultivadas, apresentam indices de proteina extremamente baixos, na

CPAC PESQUISA NO **SETOR**

Desde 1974, o CPAC, Centro de Pesquisas Agropecuárias dos Cerrados, vem estudando e analisando germoplasmas de leguminosas nativas — 1 500 espécies desse gênero são ai observadas atualmente - visando selecionar cultivares adaptadas à região, pois muitas leguminosas forrageiras comerciais não se adaptam bem ao cerrado, como é o caso de vários "stilosanthes" selecionados na Austrália e que, por esse motivo não podem ser recomendados com segurança aos fazendeiros. O CPAC acaba de lançar duas cultivares "stylosanthes" (a "bandeirantes" e a "pioneiro") cujas principais características são as seguintes, após observações de 8 anos: a excelente adaptação às condições de solo e clima da região dos cerrados; boa tolerância a doenças, especialmente à antracnose, e a pragas: boa compatibilidade com gramineas tropicais e boa persistência sob pastejo; nodulação efetiva com estirpes nativas que ocorrem nos solos da região; boa produção de massa verde no periodo seco; boa produção de sementes e, finalmente, em associações com gramineas, as cultivares Bandeirante e Pioneiro aumentam o conteúdo de ni-

trogênio e cálcio da pastagem. A utilização dessas cultivares em pastagens consorciadas ou em plantios singulares, como bancos de proteínas é feita em solo preparado tradicionalmente. São bastante tolerantes a solos de baixa fertilidade, PH baixo e toxidez de aluminio. No entanto respondem bem à adubação, principalmente à aplicação de fósforo. A germinação inicial das semen-tes de estilosantes é dificultada pela presença de tegumento duro, sendo recomendada, então, sua escarificação antes do plantio. As sementes são pequenas, portanto, a semeadura deve ser

No CPAC, a colheita tem sido realizada pelo sistema de corte seca trilhabeneficiamento. A colheita mecânica é possível desde que o material seja cortado e enleirado no campo.

feita superficialmente.

Todavia, esta forma de colheita ainda apresenta graves problemas, cujas soluções estão sendo pesquisadas pela

engenharia mecânica. Esta cultivar produz em média 53 Kg por hectare de sementes limpas, e resta agora saber como será feita a implementação de seu uso na região, já que grande parte das pastagens são formadas por braquiária, que cede dificilmente terreno para outras pastagens, usadas de forma consorciada. Na Embrapa, por exemplo já se constatou a respeito que o andropógon é praticamente a única graminea que consegue desalojar a braquiária, dada sua resistência e vitalidade, advindas talvez do fato de suas raizes alcançarem profundidades excepcionais para gramineas, de mais de dois metros em solos da região.



para investimentos são os mais demandados.

Região Geoeconômical de Brasilia

Pode-se plantar que há crédito

O Banco Regional de Brasília (BRB) contratou, até o final do primeiro trimestre deste ano, 467 operações de crédito subsidiado do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Polobrasília), no total de Cr\$ 1,88 bilhão, e espera a transferência de mais Cr\$ 700 milhões do Banco Central, já previstos no orçamento monetário e na programação de apoio ao desenvolvimento regional do Ministério do Interior, para ampliaros financiamentos. O Polobrasília

abrange os 156 Oswaldo Gard municipios da região geoecônomica de Brasília, criado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em janeiro de 1975, tem por objetivo "promover e fortalecer o desenvolvimento da economia agropecuária do Distrito Federal, de Goiás e do Noroeste de Minas Gerais". Os financiamentos do Polobrasília criam oportunidades de emprego nos municípios vizinhos, sobretudo na área rural, e contêm o fluxo migratório que demanda a Brasília.

Como agente financeiro exclusivo do Polobrasília, o BRB aplica recursos orçamentários do Governo do Distrito Federal, de repasses do Banco Central e ainda de suas próprias disponibilidades. As operações do programa dão prioridade à preparação dos cerrados, desde derrubada, destoca, enleiramento, correção e adubação intensiva até obras de conservação dos solos.

Em caráter complementar, o Polobrasília financia investimentos fixos e semifixos — bens e serviços necessários à exploração econômica dos cerrados —, custeio agropecuário e custeio de patrulhas mecanizadas, semore a taxas subsidiadas. Em sua reunião deste mês, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu os seguintes encargos para o crédito rural subsidiado: juros fixos de 3 %

Apesar da crise, e das modificações na sistemática do crédito agricola, o BRB já recebeu pedidos de financiamentos para o setor, da ordem de 600 milhões de cruzeiros. O diretor da carteira de desenvolvimento do banco afirma que é otimista, "pois o Banco Central nunca deixou faltar recursos para o Polobrasilia".

ao ano e mais a parcela correspondente a 70% — área da Sudam incluída na região geoeconômica de passília — e a 85% — nas demais gu áreas — da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN).

Além de taxas negativas, os financiamentos do Polobrasília oferecem prazos de amortização e de carência em condições favorecidas. Nas operações de custeio agrícola, o BRB concede prazo de até três anos no financiamento da primeira safra, com amortização de 50% na primeira colheita e do remanescente em duas parcelas iguais, nos dois anos seguintes. O BRB admite, neste primeiro financiamento de custeio agrícola, a capitalização dos juros até o vencimento da última prestação anual.

Para o custeio agrícola das safras agrícolas posteriores o BRB aplica as normas vigentes para as operações regulares, enquanto os financiamentos ao custeio da



Oswaldo Garcia garante recursos para próxima safra

pecuária e de patrulhas mecanizadas contam com prazo de amortização de um ano. O crédito de custeio cobre todas as necessidades de capital de trabalho dos beneficiários, indicadas no projeto, e necessárias ao integral aproveitamento dos cerrados, já preparados, conforme a exploração programada. Nesta cobertura, o BRB inclui a recuperação ou reforma de máquinas, tratores, embarcações, veículos e equipamentos, assim como a reposição de peças de pequeno valor.

INVESTIMENTOS FIXOS E SEMIFIXOS

Para investimentos fixos, o financiamento do Polobrasília tem prazo de até 12 anos para resgate com seis de carência. Para investimentos semifixos, o prazo alcança até oito anos para amortização com quatro de carência, informa o BRB. O crédito toma por base o projeto integrado e são indispensáveis a prestação de assistência técnica aos mutuários e também a previsão de uso de fertilizantes para adubação intensiva, necessária ao preparo dos cerrados.

Os recursos subsidiados do Polobrasília podem beneficiar produtores rurais e suas cooperativas; pessoas físicas e jurídicas, companhias e órgãos estatais prestadores de serviços mecanizados de natureza rural ou mesmo empresários e pessoas físicas que pretendem ingressar na atividade agropecuária.

Dentro do limite máximo de Cr\$ 128,3 milhões por mutuário, o BRB libera financiamento a projeto enquadrado no Polobrasília com valor mínimo de gastos de Cr\$ 855,3 mil, no Distrito Federal, e de Cr\$ 1,72 milhão, nas demais áreas de atuação do programa, com a exigência do imóvel rural beneficiado como garantia da operação. Para evitar má aplicação do crédito subsidiado, o BRB exige que o financiado se disponha a acatar as recomendações do órgão de assistência técnica e evidencie ânimo de exploração agropecuária em bases empresariais.

Em ação conjunta com a Secretaria da Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica do Distrito Federal, o BRB também procura estimular a horticultura na periferia de Brasília, com o financiamento ao plantio de 47 hectares em 1980, de 138 em 1981, e de 114 hectares no ano passado, através do Prohort.

O BRB marca ainda presença nos programas prioritários do governo, como o de financiamento para aquisição de equipamentos de irrigação (Profir), o de aproveitamento das várzeas irrigáveis (Provarzeas) e o Nacional do Álcool (Proálcool), com saldo de aplicações de Cr\$ 56,7 milhões, Cr\$ 179,47 milhões e Cr\$ 1,42 bilhão, respectivamente.

Como banco oficial, o BRB dá tratamento preferencial aos produtores de menor porte: 10% de seus financiamentos rurais beneficiam os miniprodutores e outros 20% os pequenos. Para essa parcela de agricultores, o BRB dispõe de recursos, apesar das restrições orçamentárias, para financiar a pecuária ou outros investimentos prioritários, como os enquadrados nos programas nacionais de armazenamento (Pronazem) e de calcário (Procal).

Região dispõe de boa rede bancária

Os produtores rurais da região geoeconômica de Brasilia têm assegurados
os recursos para o financiamento à
comercialização da atual safra e ao custeio da próxima, segundo disse o
presidente do Banco Regional de
Brasilia (BRB), Oswaldo Garcia de
Araújo. O BRB já assiste os produtores de 150 dos 156 municípios da
região geoeconômica e, em 1984,
pretende instalar mais cinco agências
nos Estados de Goiás e Minas Gerais,
sem contar a inauguração no próximo
semestre da agência em Itumbiara,
município goiano com forte vocação
agricola.

Até o final de agosto, também a agência da W/3 Sul 509 passará a dispor de carteira de crédito rural, ao lado das agências de Planaltina, Sobradinho, Brazlândia e Taguatinga, no Distrito Federal; Unai, em Minas; Anapólis, Catalão, Formosa, Goianésia, Ipameri, Jaraguá e Uruaçu, em Goiás, e de Salvador, na Bahia. Garcia de Araújo reconheceu que a rede de 23 agências do BRB na região geoeconômica de Brasilia ainda obriga muitos produtores a grandes deslocamentos para obter o crédito, mas o banco simplificou os seus procedimen-

banco simplificou os seus procedimentos operacionais e "não há queixas".

Para cobrir toda a região geoeconômica, cada agência do BRB tem jurisdição operacional até o limite de outra, o que, segundo o presidente do banco, permite a assistência a todos os produtores. As mudanças internas também possibilitaram a rápida liberação do crédito. Garcia de Araújo disse que os financiamentos do custeio têm a parcela inicial liberada no mesmo dia da apresentação da proposta e as agências tem alçada para deferir a quase totalidade dos pedidos. Apenas as propostas mais complexas exigem parecer superior e podem ter o desem-

bolso dos recursos com intervalo médio de oito dias.

CRÉDITO TAMBÉM PARA ARRENDATÁRIOS

No Distrito Federal, o BRB tomou a iniciativa de aceitar como garantia do crédito rural os direitos emergentes dos contratos de arrendamento, com a interveniência da Fundação Zoobotânica. Do contrário, os ocupantes das terras — o Governo do Distrito Federal só arrenda — permaneceriam à margem do crédito rural.

"A atuação do BRB já se faz sentir nos reflexos altamente positivos na produção de alimentos na região geoeconômica, inclusive com a exportação de excedentes de grãos para outros Estados. Com relação a Brasilia, já foi alcançada a auto-suficiência em muitos produtos hortigranjeiros" — destacou o presidente do banco.

Segundo ele, o BRB destina um terço dos seus empréstimos ao setor
privado para a agropecuária e sempre
está acima do minimo de 30% do total
das aplicações rurais destinado aos
minis e pequenos produtores. No esforço de disseminar os recursos subsidiados, não faltam imaginação e
criatividade. Por exemplo, o BRB tem
mais de Cr\$ 80 milhões junto aos
hortifrutigranjeoros do cinturão verde
do Distrito Federal, graças ao apoio de
unidades móveis do banco que vão à
procura do pequeno produtor. No
crédito rural, o BRB só é superado em
volume de operações na região
geoeconômica pelo Banco do Brasil.

Nos financiamentos à comercialização da atual safra agrícola, o BRB vem atendendo à demanda, sobretudo através dos empréstimos do governo federal (EGF), dentro da política de preços mínimos, à Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF). O BRB liberou esta semana, Cr\$ 250 milhões de EGF à cooperativa.

POLOBRAS ÎLIA E CREDITOS PARA CUSTEIO

Para o crédito a investimentos, os produtores contam com a linha do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasilia (Polobrasilia) e também recursos próprios do BRB. O diretor da carteira de desenvolvimento do banco, Adão Calil, observou que propostas novas no total de Cr\$ 600 milhões estão em fase de exame e serão atendidas: "O Banco Centralnunca deixou faltar recursos para o Polobrasilia".

Garcia de Araújo afirmou ainda que os financiamentos ao custeio agrícola sempre recebem prioridade no BRB e lembrou que o volume de aplicações supera em três vezes o minimo exigido pelo Banco Central — 45% do total de empréstimos dos bancos comerciais. Na escala de prioridades diante das escassez de recursos, apenas o crédito ao custeio pecuário sofre restrição, mas sem atingir as operações com valor unitário inferior Cr\$ 1,71 milhão ou os financiamentos a favor da avicultura e suinocultura.

A área do Distrito Federal demanda mais financiamentos para o custeio agricola, enquanto a abertura de novas lavouras no restante da região geoeconômica exige mais crédito para investimentos, o que ressalta a importância do Polobrasília. Mas o BRB também opera os grandes programas nacionais, como o de financiamento à aquisição de equipamentos de irrigação (Profir) e o de aproveitamento de várzeas irrigáveis (Provarzeas), além de financiar projetos pioneiros, com destaque para a piscicultura e o de transferência de embriões em hovinos.

TERRASEM DONO.



Até há pouco tempo o Distrito Federal era totalmente abastecido por alimentos de outras regiões.

Alface, tomate, cenoura, pimentão: praticamente tudo que consumíamos tinha que ser importado.

O solo do planalto é fértil e dá bons frutos, desde que convenientemente tratado e adubado.

O problema é que os terrenos da área rural do Distrito Federal não podem ser comprados nem vendidos.

São arrendados pelo Governo. Sendo arrendatários da terra, os nossos agricultores não conseguiam financiamento para os seus projetos, porque todos os bancos exigiam o título de propriedade como garantia. O BRB identificou a dificuldade e partiu para a ação, defendendo a idéia de que o título de arrendamento representa uma garantia real para empréstimos. O Banco Central apoiou e o Conselho Monetário Nacional ratificou esta posição em 1977. Finalmente foi possível dar a arrancada nos nossos projetos agrícolas.

Com esta iniciativa pioneira, o BRB possibilitou a criação de um cinturão verde que já fixou milhares de famílias no campo e praticamente garantiu a auto-suficiência da região em alimentos

Este é o papel de um banco cujo principal negócio é investir no bem-estar da sua comunidade.



CADA VEZ MAIS PRESENTE NA REGIÃO DO FUTURO.



A sociabilidade rural do DF apresenta fatores que complicam o modelo relacional. Entre todos, citaríamos a proximidade das cidades-satélites e a presente multiplicidade das categorias sociais em presença, de posseiros a ministros, passando por meeiros e coronéis.

DOCUMENTOS

Sociabilidade rural do DF: um modelo complexo

As relações sociais no meio rural do Distrito Federal, dadas sua estrutura fundiária de exceção, e a presença de uma população extremamente diversificada em população extremamente diversificada em seu meio constituem um universo à parte no cenário da sociabilidade de Brasília e cidade-satélites. Já com relação à intensidade da vida social, percorre-se uma vasta escala, indo se por exemplo, desde a alta sociabilidade interna, em Várzea Bonita, conjugada a uma total frieza em relação aos "forasterios", até o seu oposto, onde se nota uma alta receptividade aos visitantes e uma baixa densidade de frequentação e uma baixa densidade de frequentação entre vizinhos. O Núcleo Rural de Vargem Bonita é ocupado por japoneses planta-dores de hortigranjeiros. Já o núcleo rural de Tabatinga, apesar de todo o entusiasmo e a amizade cultivada entre funcionários e extensionistas do núcleo, pode caracterizar o segundo tipo. O núcleo rural do Rio Preto, para citar mais um caso concreto, exemplifica um dos mais altos graus de sociabilidade rural do Distrito Federal, sociabilidade rural do Distrito Federal, ainda que apresente alguns problemas de comunicação e de isolamento. Os posseiros e os proprietários de terras não desapropriadas, representam, igualmente, outros tipos de sociabilidade. Os primeiros, como os agricultores de Vargem Bonita, são bastante solidários entre eles e se frequentam socialmente com certa se frequentam socialmente com certa regularidade. No entanto, dificilmente se associam em torno de atividades produtivas. Já o sitiante ou fazendeiro iso-lado, possuidor de um título de propriedade da terra, tem uma nitida tendência, salvo exceções notáveis, a se comunicar mais com sua própria rede de parentes e de amigos, de forma quase autônoma em relação circulo de vizinhança. Entre todos eles, quer sejam posseiros, sitiantes ou fazendeiros, com títulos legais de propriedade da terra, uma constante: empres tam se ferramentas, mas é inconcebivel emprestar-se uma vaca de leite, ou colocarse de acordo para partir juntos no mesmo se de acordo para partir juntos no mesmo veículo, seja este uma carroça ou um automóvel, para a feira, ou a compra da semana na cidade mais próxima. Isto somente acontece, aparentemente, entre parentes. Emprestar uma vaca significa dispor de um bem, fonte de renda direta, através da produção de leite. O veículo de transporte, indiferentemente de seu tipo, representa, ou materializa o status social do dono. Então, vé se no campo, nas do dono. Então, vé se no campo, nas proximidades de Brasilia, aos domingos, filas de carroças indo para a feira, cada uma com seu proprietário, muitas vezes

COMUNIDADE EXEMPLAR Exemplo de sociabilidade em processo de fortalecimento, o Núcleo Rural de Rio Preto já conseguiu afirmar se como uma comunidade. Essa comunidade, centro de referência da vida social local, é formada, como os próprios interessados a definem, pelos moradores efetivos, mais os proprietários que frequentam as instalações do núcleo. E, a esse respeito, uma sur-presa; os fazendeiros de fim desemana estão mais representados nesse segmento que participa das atividades, são mais receptivos, que aqueles que residem no local. Poderia se concluir dai que o simples fato de residir no campo já contamina as pessoas do virus do isolacionismo, ou existem outras razões? Na verdade, esse fato é compreensivel por outras razões. Em primeiro lugar, os fazendeiros de fim de semana são, em sua quase totalidade, altos funcionários dos Ministérios e Autarquias Federais, comerciantes, industriais, jornalistas, militares (das 200 fazendas e chácaras do Rio Preto, 6 delas pertencem a coronéis e uma a um general). Essas pessoas são mais receptivas à tecnologia moderna oferecida pela extensão rural, e de suas boas relações com o técnico extensionista depende a boa marcha dos rebanhos quando o dono está ausente. Fiar-se no administrador apenas todo criador sabe disso, pode ser um suicidio financeiro. Consequentemente, por bom senso, ou mesmo por intuição, o proprietário sabe que boas relações com quem está o tempo todo perto de seu rebanho, e entende do assunto, rende sempre seus dividendos. Coincidência ou não, esses fazendeiros de fim de semana são a elite do núcleo, e criam gado. Poucos deles plantam cereais e hortigranjeiros. São pecuaristas. Os agricultores propriamente ditos pertencem geralmente a outra categoria, e tém a tendência de morar no local e cuidar eles mesmos de suas terras e máquinas agricolas. Um grande número deles veio do Sul do Pais, são gaúchos ou paranaenses, e apesar de não frequentarem assiduamente o Núcleo queixam se da pouca sociabilidade local. "Aqui não há quase festas, e quando há geralmente sai briga". Diferente do sul, onde por qualquer senão se arranjava um violeiro e um tocador de sanfona, e se cantava e se bailava sem riscos para sua pessoa e a familia

O GRUPO JOVEM: BAILES, SIM: CASAMENTO, NAO

Lembro-me da França, civilização rural por excelência, onde o baile era na área rural até pouco tempo, o acontecimento social de maior significado para as pessoas. Alí se iniciavam os namoros, se formavam os pares, se consagrava o futuro social de uma pessoa, em suma. Talvez na maioria das civilizações rurais essas reuniões sociais com música e dança sejam a expressão máxima da socialibidade, logo depois da religião e dos rituais. No Núcleo Rural, o cenário se repete, mas o conteúdo, e o sentido parece ter se transformado, pelo menos em parte. O fim de semana ideal é aquele no qual faz-se um baile (uma festa onde se dança), no sábado, e no domingo, organiza-se uma partida de futebol. Fim de semana no qual não há bailes, ou "festas", em que se é obrigado a matar o tempo vendo televisão, é considerado como 'um fim de semana em branco". Até ai tudo confere. O velho costume social da dança se reafirma com toda sua força, como evento social primordial no meio rural. No entanto, no Núcleo em questão, existem algumas especificidades ou transformações estruturais nesse velho lazer social. Em primeiro lugar, mesmo frequentando os bailes, nenhum dos jovens em questão admitiu que o casa-



A cozinha, com fogão à lenha, e a peça central de convivio para os posseiros

mento esteja em suas preocupações, ou mesmo que venha a se casar num futuro próximo. Apesar de suas idades (entre vinte e trinta e cinco anos) sugerirem a oportunidade de tal tipo de iniciativa. Pelo contrário, mesmo aqueles que já estão casados confessam que prefeririam estar na condição de solteiros, por duas razões explicitas, pelo menos: a necessidade de uma maior liberdade pessoal e a questão inanceira. Em outras palavras, existem novas disposições mentais a respeito da vida em sociedade, que começa timidamente a se afirmar, e que a atual crise econômica veio reforçar. Por outro lado, um queijinho".

um rapaz solteiro tem mais "status" junto o PONT ao grupo: ele está livre para se engajar no comércio social da localidade. Como me disse uma das moças do núcleo, sempre que chega um rapaz solteiro, tudos se movimentam, as mulheres se excitam, mesmo as mais idosas. Esse seria um fator de reforço de permanência no celibato.

A MUDANÇA DE PADROES CULTURAIS No entanto, poderia se considerar aspectos mais consistentes, ainda que menos conscientizados desse fenômeno. Ou sejam, poderíamos tentar uma melhor caracterização dos determinantes so-, ciológicos que precisam a representação, e consequentemente, a viabilidade de uniões duradouras. Do lados dos rapazes, há, aparentemente, uma certa desconfian ca com relação a forma padronizada de comportamento das moças, nem sempre de acordo com os moldes da cultura regional na qual eles foram educados. E preciso não perder de vista o fato de que, esse contingente humano dos núcleos rurais morou em diversas cidades satélites de Brasilia. A passagem pelas cidades satélites, aparentemente, está produzindo um efeito de descaracterização dos padrões culturais regionais de origem dessas populações. Nessas condições, é extremamente dificil percerber se um padrão nitido de comportamento em ambos os sexos que permita a cooperação no interior de instituições sociais padrão, como o casamento. Os rapazes chacareiros e ad ministadores de fazendas parecem ter entendido essa questão, e sem contar com a opção de um lazer em cidades-satélites próximas, ou mesmo no Núcleo Rural, vão buscar suas cônjuges em seus Estados e regiões de origem. O status social das moças também é bastante específico, na região do Distrito Federal, como um todo.

meio rural, é muito mais valorizada aqui que em outras regiões do país, e, em particular, no Nordeste. Aqui ela já conviveu com outros modelos sociais de feminidade, almeja prosseguir em seus estudos, formar-se e ser independente economicamente. O casamento pode acontecer, mas não é mais o ideal de realização feminina, como ocorria em outras épocas, em regiões rurais tradicionais. Poucas delas aprendem, ou pelo menos acreditam, que saber cozinhar é bom para "segurar marido", e uma delas me confessou que somente agora, aos vinte anos, "aprendeu a fazer

O PONTO MAXIMO DE

SOCIABILIDADE Se o Núcleo Rural do Rio Preto representa um tipo de sociabilidade já relativamente desenvolvida, mas ainda em formação, e que a maioria dos outros núcleos rurais perde seus habitantes nos fins de semana (eles partem para as cidades-satélites mais próximas em busca de lazer), a agrovila da Lagoinha consiste num caso à parte. Situada dentro da jurisdição de Planaltina, nos confins do Distrito Federal, a Lagoinha congrega um grupo de moradores, quase todos parentes entre si, e de origem local, ou seja, goianos. O governo apenas interviu dotando a comunidade local de infra estrutura, como um centro comunitário e uma escola. Utilizando se dessas facilidades modernas, ou pelo menos, recentes, eles fortaleceram sua sociabilidade mantendo todas as práticas tradicionais regionais, e rurais, como a novena e as rezas, que terminam sempre com violeiros e danças. Tem seus próprios times de futebol (atualmente existem três), cantadores, festeiros e lideres locais. A densidade de sua rede de relacões sociais causa um certo espanto junto aos habitantes do núcleo próximo, já que o contraste entre os dois modelos é extremo, pois um e outro são produtos de uma estrutura de propriedade da terra, e de um tipo de povoamento fundamentalmente distintos

ALGUMAS ENDEMIAS SOCIAIS DO MEIO RURAL, NO D F

A análise, e sobretudo, o contato continuado com o meio rural no Distrito Federal nos leva a formular as seguintes conclusões, válidas de forma generalizada, para o atual periodo. Em primeiro lugar,

produziu ainda um modelo próprio, auconomo e consistente de sociabilidade termos, torna-se muito problemático falar-se de uma cultura rural regional, e consequentemente de um modelo relacional relativamente homogênio no campo do DF. Há uma multiplicidade de modelos, que têm como única dimensão comum o fato de estarem ainda em fase de solidificação, e dependeremem larga escala de novas medidas administrativas, políticas e econômicas a serem tomadas no setor. Nesse sentido, a ausência de opções de lazer mais estruturadas no campo, e precariedade do sistema de transportes e

de comunicações, sobretudo no que conserne o transporte escolar, representam duas endemias sociais de grande impacto sobre o modelo de sociabilidade em desenvolvimento no DF, e, em parte, na geoeconômica na atualidade. Pode-se formalizar — ainda é tempo — um modelo de vido rural mais autônomo e fundado em valores propriamente rurais, como pode-se inversamente, criar um espaço social que seria satélite das cidades satélites, que cercam Brasilia

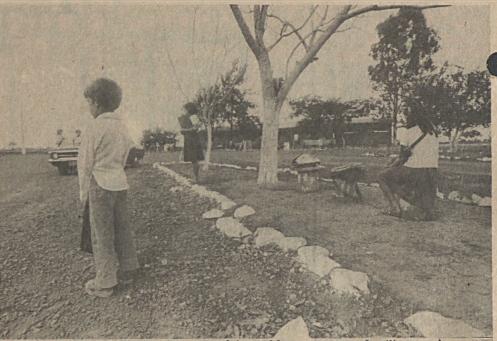
DOIS EXEMPLOS VARGEM BONITA E PAD-DF

Como vimos um problema de muitos moradores da zona rural é o isolamento. Nem todas as famílias do campo têm condições de manter, mesmo que esporadicamente, uma vida social mais ativa, com encontros ou reuniões entre vizinhos (na maioria residindo muito distante uns dos outros), prática de religião, esporte, escola para as crianças, clube, etc

No Sul do País, por exemplo, - segundo agricultores vindos de lá - é raro encontrar um espaço de mais de oito quilômetros (em média) sem uma agrovila ou um centro de encontro entre os produtores suas familias, onde possam sentir se parte da sociedade. E uma necessidade comum a todos, essa vida social, ainda que limitada. Desses encontros formam-se hábitos interessantes, idéias e festejos que, muitas vezes, transformam-se num admirável folclore regional.

Aqui no Distrito Federal, em núcleos

organizados como o de Vargem Bonita, os produtores alem de contarem com a proximidade das cidades satélites, ou mesmo do Plano Pilouto, têm sua estrutura local com escola de primeiro grau. açougues e armazéns, igreja, formam salvo nas proximidades das cidades times para prática de esporte — inclusive, tradicionais, como Formosa, Planaltina, o time de basebol de Vargem Bonita é



A escola, e a falta de transportes, dois problemas para as familias rurais



A beira dos caminhos, posseiros montam biroscas sempre com material precário

contros mensais para organização de festas. Apesar das glebas serem relativamente pequenas, por consequência mais próximas umas das outras, os mordores de Vargem Bonita afirmam que se sentiriam muito isolados, não fossem as atividades

em grupo.
UMA AGROVILA PARA O PAD-DF

O mesmo clima social não está presente entre os produtores da região do PAD-DF. Os lotes são de maior extensão, distanciando bastante dos moradores, que reclamam por uma infra estrurtura social mais adequada. A escola atende até a quarta série apenas, e as crianças têm parado de estudar porque, geralmente, não têm idade para deslocarem se sozinhas até a cidade mais próxima a fim de continuarem os estudos.

"UMA AGROVILA, TAO IMPORTANTE QUANTO O AR QUE SE RESPIRA"

Assim, a coopa-DF, em comum acordo com seus associados, está lutando para que seja construida uma agrovila com a estrutura minima necessária. Existe uma área de propriedade da Cooperativa que foi cedida à construção de residências para os produtores, igreja, clube, etc. Os produtores que residem na região, ameaçam voltar para seus lugares de origem ou deixar o campo pela cidade, para o bem estar social de suas familias. Eles aguardam um "sinal verde" por parte do governo para que possam iniciar a construção da agrovila, uma iniciativa que trará inúmeros beneficios para toda a região, e que é considerado por eles tão importante

quanto o ar que se respira.

ESCOLAS, UM OUTRO PEDIDO

O que se argumentava anteriormente, era que não havia, por exemplo, número suficiente de alunos para que fosse aberta uma escola. Agora, esse argumento não mais é válido. Muitos produtores da região do PAD/DF residem nas cidades satélites ou no Plano Piloto, exatamente pela falta de estrutura social do campo. Maioria deles têm filhos em idade escolar, e não existe condições de irem definitivamente

para o campo, sem prejudicá los. Não é suficiente, segundo os sócios da COOPA/DF, que se leve o homem para o campo. E necessário toda uma infra estrutura para manté los lá, evitando se o éxodo rural que, sem dúvida, causará problemas sociais ainda maiores na atual crise em que se encontra o país. Incentivar a ida definitiva do produtor para o campo com sua familia é, portanto, oferecer lhe uma vida em sociedade. O homem do campo é, tradicionalmente, muito unido à sua familia e o sacrificio de deixar a terra pelo bem estar dos filhos e esposa torna-se comum. Assim, com escolas, educação religiosa e lazer coletivo, as familias poderiam manter se no campo. Os filhos sairiam para a cidade apenas para cursar a universidade, se assim o desejassem Muitos desses filhos herdam o amor pela terra e, normalmente, formam se em matérias vinculadas ao trabalho que sempre fizeram e poderiam nessa ocasião, ser muito mais utéis ao campo.



Até o fim do primeiro grau, as crianças encontram nos núcleos rurais todo o necessário para exercitar sua sociabilidade

